



Luís Filipe Roberto António Lopes

**Relações sociais de género e o papel da educação. Percepções de docentes universitários  
angolanos de instituições públicas do ensino superior.**

Dissertação de Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária

Julho de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



**Relações sociais de género e o papel da educação. Percepções de docentes universitários angolanos de instituições públicas do ensino superior.**

Luís Filipe Roberto António Lopes

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, para a obtenção do grau de Mestre em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira

Julho, 2017

## **Dedicatória**

Às minhas filhas Raiane, Kassiane e Elaine por serem a minha fonte de orgulho e felicidade;  
Aos meus pais e irmãos por me iluminarem sob os princípios dos caminhos da sabedoria;  
A minha Mulher que me tem acompanhado neste percurso de vida com bastante dedicação e amor.

## **Agradecimentos**

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira, com todo respeito e admiração à sua inteligência por ter tornado possível a realização deste trabalho e, acima de tudo, por ter acreditado em mim.

Aos meus amigos que me apoiaram sempre nos momentos mais difíceis da vida.

A todos os colegas do curso de Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, pelos momentos ímpares de partilha e confraternização.

A todos os professores com os quais tive a oportunidade de interagir e beber da experiência particularmente, o Prof. Doutor Joaquim Luís Medeiros Alcoforado e a Prof.<sup>a</sup> Doutora Albertina Lima de Oliveira.

A todos que de uma ou outra forma contribuíram com um pouco de si para a materialização deste trabalho.

## **Pensamento**

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

Rosa Luxemburgo

## **Resumo**

A igualdade entre homens e mulheres constitui a base para a construção de uma sociedade livre de estereótipos, onde eles e elas tenham os mesmos direitos e oportunidades de participação efectiva, sem que haja empecilhos pelo facto de se ter nascido do sexo masculino ou feminino.

Contudo, a prevalência de valores que discriminam a mulher em detrimento do homem ainda presentes em diversas culturas, tem provocado o aumento da pobreza na camada feminina, ao impedirem que a mesma tenha acesso à educação, confinando o seu papel ao cuidado do lar, marido, filhos e dos familiares mais próximos.

Assim, a educação constitui um dos mais poderosos recursos que as mulheres possuem para a aquisição de conhecimentos, tomada de consciência dos seus direitos de cidadania e emancipação social.

Assim sendo, o presente estudo pretende saber quais são as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género atribuídos a homens e mulheres, para tentar identificar possíveis estereótipos, percepções erróneas e ideias tradicionais negativas que possam afectar as relações na comunidade universitária, em particular, e no âmbito social, em geral.

Trata-se de uma investigação qualitativa e envolveu nove participantes, sendo todos docentes de Instituições do Ensino Superior em Angola, que se encontravam na Universidade de Coimbra a frequentar cursos nas diferentes áreas do saber, no ano lectivo 2016/2017.

A técnica utilizada para a colheita de dados ou informações foi a entrevista semiestruturada ou semidirectiva, contendo seis perguntas abertas.

Os resultados deste estudo mostram que a influência de crenças culturais é muito acentuada, tornando as relações sociais entre homens e mulheres desiguais; o sistema de ensino apresenta vários constrangimentos e dificuldades de funcionamento e as políticas de promoção de igualdade entre homens e mulheres delineadas pelo Governo têm sido ineficazes, quanto à sua extensão e abrangência.

**Palavras-chave:** Igualdade entre homens e mulheres; género; papel das instituições políticas; contexto angolano; estereótipos de género.

## **Abstract**

Equality between men and women is the cornerstone for a society free of stereotypes, where men and women have the same rights and opportunities to participate actively in the society, without any obstacles due to one's sex.

However, the prevalence of social values that discriminate women is still common in many cultures, which increases poverty among women, by denying women's access to education and reducing their role to taking care of their importance before their husbands, sons and relatives.

Therefore, education constitutes the most powerful resource that women have to acquire knowledge, to become aware of their rights and to gain social emancipation.

This study is an exploratory research about the opinions of Angolan professors on the various roles attributed to men and women in order to identify potential roots for stereotypes, misconceptions and harmful traditional mindsets that may affect the quality of social relations in the academic community, in particular, and in the society, in general.

This is a qualitative study and involved nine participants, all of them professors in Angolan universities, who were attending different courses at University of Coimbra in the academic year of 2016/2017.

Data was collected through a semi-structured or semi-directive interview with six open ended questions.

The results of this study show that the influence of cultural beliefs is very strong, which makes social relations between men and women unequal; the education system has several constraints and operational difficulties and the government's politics for promotion of gender equality in Angola are inefficient in respect to its' extension and scope.

**Keywords:** Equality between men and women; gender; role of political institutions; Angolan context, gender stereotypes.

# Índice

Dedicatória.....	i
Agradecimentos.....	ii
Pensamento .....	iii
Resumo.....	iv
Abstract .....	v
Índice.....	vi
Introdução geral .....	1
Primeira parte – Enquadramento teórico.....	5
Capítulo I - Questões de género e socialização na família e na escola. ....	6
Introdução .....	6
1.1. Definição de conceitos: a distinção entre sexo e género. ....	7
1.2. O género como categoria social. ....	11
1.3 Estereótipos de género e socialização. ....	13
1.4 A (des) construção do género na intervenção pedagógica. ....	17
Conclusão.....	21
Capítulo II-(Des) igualdades sociais entre homens e mulheres em Angola. ....	23
Introdução .....	23
2.1 Angola: Contexto geográfico, político, económico e histórico. ....	24
2.2 A política educativa colonial.....	28
2.3 Contexto da política nacional sobre educação. ....	32
2.4 Contexto da política educativa sobre o género.....	36
2.5 Instituições e Políticas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres .....	39
2.5.1. Práticas do direito consuetudinário e outros obstáculos socioculturais à igualdade entre homens e mulheres em Angola. ....	43
2.5.2. Os efeitos do conflito em Angola numa perspectiva de género. ....	46
2.5.3. Principais desafios para a promoção da igualdade entre homens e mulheres em Angola. .....	49
Conclusão.....	50
Segunda parte – Estudo empírico.....	53
Capítulo I – Caracterização, concepção e planeamento da investigação. ....	54
Introdução .....	54
1.1 Temática: justificação da mesma no âmbito do mestrado e problema científico. ....	55
1.2 Caracterização do estudo: Tipo de estudo e objetivos da investigação.....	56



1.3 Metodologia .....	58
1.3.1 Caracterização dos participantes. ....	58
Quadro 1 - Características dos participantes no estudo.....	60
1.3.2 Instrumentos de recolha de dados (descrição do guião de entrevista).....	60
1.3.3 Procedimentos .....	62
Conclusão.....	62
Capítulo II–Apresentação, análise e discussão dos resultados. ....	64
Introdução .....	64
2.1 Análise dos resultados do estudo .....	64
Quadro 2 - Matriz de análise de conteúdo.....	64
2.1.1. Categoria I: Concepções sobre igualdade entre homens e mulheres em Angola. ....	67
2.1.2. Categoria II: Papel da cultura/tradições. ....	68
2.1.3. Categoria III: Diferenciação de papéis e comportamentos.....	69
2.1.4. Categoria IV: Visibilidade social e profissional.....	70
2.1.5. Categoria V: Papel do governo na promoção da igualdade social entre homens e mulheres em Angola.....	71
2.2 Discussão dos resultados.....	72
Conclusão.....	76
Conclusão geral.....	77
Referências bibliográficas .....	80
Anexos.....	85
Anexo I: Guião de entrevista semiestruturada .....	86
Anexo II: Consentimento informado para docentes das Instituições de Ensino Superior em Angola .....	88
Anexo III: Cronograma do projecto de investigação 2016 / 2017 .....	89

### **Índice de quadros**

Quadro 1 - Características dos participantes no estudo.....	60
Quadro 2 - Matriz de análise de conteúdo.....	64

## **Introdução geral**

Hoje em dia parece ser mais evidente que debater o problema da igualdade entre homens e mulheres ou igualdade entre os sexos deixou de ser um assunto local, transformando-se num tema global.

A igualdade entre homens e mulheres ou entre os sexos significa antes de tudo que todas as pessoas têm o direito de desenvolver as suas capacidades e habilidades individuais e realizar escolhas independentemente das responsabilidades, tarefas ou funções atribuídas socialmente com base na diferenciação sexual.

Actualmente, as desigualdades entre homens e mulheres, em termos gerais, continuam a prejudicar sobretudo as raparigas e mulheres, em virtude da sua condição económica e social, sem descurar outros aspectos de variada natureza.

O estabelecimento da igualdade entre os sexos é uma questão de direitos humanos que está associada ao desenvolvimento das próprias sociedades, até porque, ao longo dos tempos, muitos movimentos sociais envolvendo homens e mulheres em diferentes partes do mundo, têm lutado para que o papel social das mulheres seja cada vez mais valorizado.

A importância do papel das mulheres no desenvolvimento das sociedades é um facto que se constata cada vez mais, ao menos na legislação, num mundo onde o desenvolvimento sustentável das sociedades marca a retórica dos decisores e dirigentes políticos.

Contudo, na prática a ausência do reconhecimento e da valorização das capacidades das mulheres é um problema que tem provocado muitas assimetrias em termos de tratamento e com ramificações inclusive no mercado de trabalho, onde a participação dos homens e mulheres é desigual, o que se repercute na diferença salarial entre ambos os sexos, e consequentemente, no aumento do índice de pobreza verificada no seio da camada feminina.

Este problema é extensivo também à assunção de cargos de direcção e chefia, onde maioritariamente as vagas são ocupadas por homens, sem descurar a existência de profissões consideradas tendencialmente masculinas e tendencialmente femininas, assim como se mantém uma maior sobrecarga sobre as mulheres na execução das tarefas domésticas e no cuidado dos familiares mais próximos, quando comparado o tempo delas com o que é dedicado a estas actividades por parte dos homens.

No caso particular da sociedade angolana, a mesma apresenta uma diversidade cultural e étnica bastante grande e com características muito particulares. Essas características baseadas sobretudo na prevalência do poder dos homens e dos anciãos, na restrição do papel social da mulher, nos casamentos precoces das raparigas, entre outros factores, fazem com

que haja socialmente muitas assimetrias entre homens e mulheres, quanto à participação social sobretudo das raparigas e mulheres em todos os domínios de actuação social. Claro está, importa também dizer que o conflito armado teve um impacto negativo a longo prazo no seio das famílias.

Toda essa confluência de factores sociais tem a sua incidência negativa no processo de ensino-aprendizagem que decorre dentro dos estabelecimentos de ensino, particularmente, no desempenho e participação activa dos alunos e dos restantes membros da comunidade educativa, nas actividades escolares, quebrando, por vezes, o elo de ligação que deve existir entre a escola e a comunidade onde a mesma está inserida.

Partindo deste enquadramento, quisemos saber quais são as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género atribuídos a homens e mulheres, para tentar identificar possíveis estereótipos, percepções erróneas e ideias tradicionais negativas que possam afectar as relações na comunidade universitária, em particular, e na sociedade, em geral.

Desta forma, justificamos a pertinência e actualidade deste estudo, por considerarmos que os estabelecimentos de ensino constituem espaços de reflexão que ajudam na compreensão do entorno em que as pessoas vivem, para que se possam introduzir mudanças responsáveis, e os conhecimentos adquiridos constituam uma ferramenta fundamental para a emancipação, independência e democratização das sociedades.

Desde este ponto de vista, consideramos que a educação tem um papel fundamental, já que desde o seu espaço de actuação social, com os recursos disponíveis, a ajuda dos parceiros sociais e de acordo as suas atribuições, pode contribuir para a (des) construção dos valores tradicionais que mediatizam as relações que os indivíduos estabelecem dentro e fora dos espaços escolares.

Tornar a escola num espaço de interacção e de inclusão social para todas as pessoas ou indivíduos, em particular para as mulheres, dadas as características da sociedade angolana, torna-se um imperativo, assim como o é elevar as capacidades e competências dos professores, convertendo-os em investigadores activos dentro e fora da sala de aulas, de tal forma que se obtenham transformações nas escolas, a partir do seu trabalho pedagógico.

O combate às crenças ou valores culturais que excluem as mulheres socialmente, para a promoção da igualdade entre homens e mulheres e, conseqüentemente, para o respeito dos direitos humanos, é um dever fundamental da educação.

Assim sendo, o presente estudo foi desenvolvido a partir do paradigma fenomenológico-interpretativo, tendo sido uma investigação de natureza qualitativa, de carácter exploratório, que deu voz a pessoas acerca da temática em estudo.

O instrumento utilizado, para avaliar as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações sociais entre homens e mulheres e o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereótipos, foi a entrevista do tipo semiestruturada ou semidirectiva.

O guião de entrevista contém seis questões abertas, para que os respondentes ou entrevistados tenham maior autonomia e um maior nível de profundidade nas respostas, e foi administrado a nove participantes que eram docentes de instituições do ensino superior em Angola, que se encontravam em formação na Universidade de Coimbra, em diversas áreas do saber, no ano lectivo 2016/2017.

A tese está dividida em duas partes e cada parte contempla dois capítulos. Assim, a primeira parte faz referência ao enquadramento teórico, em que fazemos a revisão da literatura com base nas temáticas contempladas nos dois capítulos.

O capítulo I faz alusão às questões de género e à socialização na família e na escola; dentro deste capítulo fazemos uma distinção entre sexo e género, falamos do género como categoria social, dos estereótipos de género e aludimos à desconstrução do género na intervenção pedagógica.

O capítulo II faz alusão às desigualdades sociais entre homens e mulheres em Angola e, dentro deste capítulo, fazemos alusão ao contexto geográfico, político, económico e histórico de Angola; à política educativa colonial; ao contexto da política nacional sobre educação; ao contexto da política educativa sobre o género; às instituições e políticas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres em Angola.

A segunda parte, referente ao estudo empírico, é dividida em dois capítulos, sendo o capítulo I dedicado à caracterização, concepção e planeamento da investigação, enquanto o capítulo II consiste na apresentação, análise e discussão dos resultados.

Em suma, esperamos com este projecto de investigação dar o nosso contributo nesta que é uma das temáticas mais debatidas da actualidade, em particular, no contexto angolano, onde a discriminação e as desigualdades sociais entre homens e mulheres, com base em valores culturais, são bastante acentuadas.

Esperamos que este trabalho sirva de ponto de partida para que se façam outros estudos sobre a mesma temática, aportando resultados que se possam generalizar.

Sabendo das limitações que apresentam os estudos qualitativos, a validade deste estudo é restrita, pois só envolveu nove pessoas com características particulares, tendo todos formação académica superior.

## **Primeira parte – Enquadramento teórico**

## **Capítulo I - Questões de género e socialização na família e na escola.**

### **Introdução**

No passado, o acesso das mulheres à educação formal era bem mais restricto ou até inexistente. Essa situação perdurou por um longo período na história e só começou a ser invertida com a expansão do acesso à escola mista, isto é, nos finais do século XIX nos Estados Unidos e em alguns países do norte da Europa como Noruega, Suécia e Finlândia, estendendo-se no início do século XX, aos restantes países europeus como Portugal, Espanha e França.

Embora as mulheres tenham conquistado esse direito, o acesso era feito de maneira segregada, em que, entre as poucas mulheres que tinham a oportunidade de estudar, a maioria frequentava modalidades vocacionais de ensino, e não propriamente uma educação orientada para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. Em contrapartida, as condições de vida a que eram submetidas desincentivava a assistências as aulas<sup>1</sup>.

Este confinamento social associado, de alguma forma, à aprendizagem dos papéis de género, e que se dá através de diversos agentes de socialização como a família, grupos, instituições educativas, inclusive o Estado, segundo as normas que prescreve, contribuiu para a construção diferenciada do modo como a pessoa se vê e se comporta, enquanto mulher e homem, e vai sendo apropriada pelos indivíduos através da identificação com membros dos seus grupos de pertença ou com modelos prescritos a partir do respectivo meio.

Essas normas ou modelos, pré-estabelecidos pelas sociedades patriarcais, e que têm na sua essência a atribuição de papéis e de responsabilidades sociais diferenciadas, em função do sexo de pertença do indivíduo, servem como instrumentos de exclusão social, ao instigarem o confinamento da mulher apenas para as funções reprodutivas e para o cuidado do lar.

Logo, se a própria mulher não tem consciência do seu papel, se não se autorreconhece e se autoestima, não será possível haver mudança substanciais; para contrariar a situação actual de desigualdade, é necessária a elaboração de políticas para eliminar os estereótipos de género, assim como os seus condicionalismos económicos, de forma a promover a autonomia das mulheres. Neste âmbito é crucial o papel do ensino formal.

---

<sup>1</sup> Martori, M. S. (1994). Conquistar la igualdad: la coeducación hoy. *Revista Iberoamericana de Educación*, 6, 49-78.

Daí ser indispensável, no trabalho da escola e no resto dos contextos de actuação dos indivíduos, guiá-los e orientá-los à reflexão para que sejam capazes de enfrentar os desafios futuros.

Só com uma adequada orientação, na perspectiva de igualdade social entre homens e mulheres, é que julgamos estar em condições de olhar e falar de uma emancipação social para a construção de verdadeiras sociedades que se rejam pela inclusão social como ferramenta indispensável para o acesso dos cidadãos a direitos básicos fundamentais, como a educação e a saúde.

Por isso, julgamos ser importante trazer o ensino formal para a discussão sobre o combate às desigualdades de género, na medida em que é dentro da escola que se podem operar as mudanças, pelo tipo de informações veiculadas, pelo conjunto de valores transmitidos às futuras gerações, possibilitando assim que cada rapaz ou rapariga delineie o seu futuro sem constrangimentos impostos pelo sexo com que nascem.

Assim sendo, é nossa intenção no ponto 1.1 deste capítulo fazer uma distinção entre sexo e género, a partir do aporte teórico dos diferentes autores; no ponto 1.2 é feita referência ao género como categoria social; no ponto 1.3 faz-se alusão aos estereótipos de género e ao processo de socialização; no ponto 1.4 referimo-nos à necessidade de intervenção pedagógica na desconstrução do género.

### **1.1. Definição de conceitos: a distinção entre sexo e género.**

Nas sociedades patriarcais, sobre bases económicas, existe a supremacia do sexo masculino sobre o feminino, e estas relações favorecem os homens, o que origina forte discriminação sobre as mulheres.

Este modelo pré-estabelecido nestas sociedades conduz a que a mulher seja vista como submissa e débil, e o homem como forte e superior. Esta situação obrigou a que ao longo dos tempos as mulheres levantassem as suas vozes para reclamar o direito de serem tratadas como os homens, e conseqüentemente, a que lutassem pela melhoria das suas condições de vida.

Para tal, foram determinantes as reivindicações feitas pelas mulheres para a conquista de direitos como o de participar activamente da vida pública, o emprego, a educação entre outros, como se depreendia da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 publicada em França no século XVIII, que excluía as mulheres como pessoas de direitos políticos.



O surgimento dos movimentos feministas, que ganharam maior expressão durante o século XX, tornaram mais rápido e abrangente o processo de consciencialização por parte do sexo feminino, das suas necessidades e possibilidades reais de ocupar lugares tão destacados socialmente como os dos homens.

Em consequência, a categoria género, surge também com maior destaque no contexto académico-político, para desconstruir a relação binária assente no sexo biológico.

Os estudos de género, os estudos sobre as mulheres e os estudos femininos foram decisivos na contraposição ao conhecimento patriarcal.

Assim, de acordo com Preciado (2008, cit. in Oliveira, 2009), foi o psiquiatra americano John Money que cunhou o conceito de género, diferenciando-o do sexo para se referir à pertença dos indivíduos a grupos culturalmente reconhecidos como masculinos e femininos.

Por conseguinte, reconhece-se também por parte de autores como Oakey (2005 cit. in Neves, 2009), que embora o termo já fosse conhecido na área das ciências médicas, o conceito de género foi introduzido na área das ciências sociais na sequência da publicação da sua obra *Sex, Gender and Society*, em 1972.

Na época, as desigualdades sociais entre homens e mulheres eram bastante acentuadas e exigiam que a comunidade académica olhasse a problemática, por forma a realizar estudos mais inclusivos e fizesse também a distinção entre género e sexo, e assim promovesse a inclusão social de todas as pessoas, não esquecendo as mulheres.

Assim, na assunção do género como factor que influencia as relações entre homens e mulheres, têm um papel determinante os aspectos culturais, na construção das diferenças sexuais. Daí que, a autora citada ao ressaltar na sua obra que o género é basicamente um produto construído pelas sociedades, contribuiu significativamente para a mudança de paradigmas na área das ciências sociais.

Segundo Scott (1986, p. 1054, cit. in Neves, 2009), “o conceito pretendia assinalar a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos *sexo* e *diferença sexual*. Pretendia ainda enfatizar o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade, acentuando a urgência de se estudar os homens e as mulheres como entidades interdependentes” (p. 18).

De facto, o conceito ao aflorar a dimensão social e política da sexualidade, favoreceu a compreensão do significado social de ser homem e mulher, isto é, a pertença a um ou outro sexo era entendida como uma questão meramente biológica, e não propriamente social.

Assim sendo, pode afirmar-se que “o conceito de *sexo* pertence ao domínio da biologia e traduz o conjunto de características biológicas e fisiológicas que distinguem os homens e as mulheres. Por oposição, o conceito de *género* é um conceito social que remete para as diferenças existentes entre homens e mulheres, não de carácter biológico, mas resultantes do processo de socialização. O conceito de género descreve assim o conjunto de qualidades e de comportamentos que as sociedades esperam dos homens e das mulheres, formando a sua identidade social”<sup>2</sup>.

Segundo o Kit Pedagógico sobre Género e Juventude (2013)<sup>3</sup>, “quando falamos de sexo referimo-nos às diferenças biológicas, características de mulheres ou de homens, que são universais e não se alteram de sociedade para sociedade. Quando falamos de género referimo-nos aos atributos sociais, aos papéis, às tarefas, às funções, aos deveres, às responsabilidades, aos poderes, aos interesses, às expectativas e necessidades que socialmente se relacionam com o facto de se ser rapaz ou homem ou de se ser rapariga ou mulher numa determinada sociedade e época. O género é uma construção social do masculino e do feminino e da relação entre os sexos” (p. 28).

Ainda, para Martelo (2004), “o sexo é uma categoria biológica inerente ao indivíduo. O género é uma categoria social; é um conjunto de normas sociais impostas aos indivíduos constituindo um modelo de identidade psico-social para o sexo feminino e para o sexo masculino. Ou seja, o género, é constituído por um código com prescrições normativas e proibitivas de ser e de se comportar, diferente para cada sexo” (p. 16).

Com base nas definições apresentadas pelos diferentes autores, podemos então assumir e concordar que quando falamos de sexo, referimo-nos às diferenças anatomofisiológicas e biológicas, características de homens e mulheres, que são universais e não se alteram de sociedade para sociedade; ao passo que, ao falarmos de género referimo-nos aos atributos sociais, aos papéis, às tarefas, às funções, aos deveres, às responsabilidades, aos poderes, aos interesses, às expectativas e necessidades que socialmente se relacionam com o facto de se ser homem ou rapaz ou de se ser mulher ou rapariga numa determinada sociedade e época.

Contudo, o termo género não nos remete sobretudo para as mulheres, mas faz referência aos papéis sociais dos homens e das mulheres, assim como às relações que se estabelecem entre os mesmos, numa determinada sociedade.

---

<sup>2</sup> CITE (s/d). Fascículo I. *Porque é importante falar em Igualdade de Género actualmente?* (p. 2). Disponível em: [www.cite.gov.pt](http://www.cite.gov.pt) (consultado em 20 de maio de 2017).

<sup>3</sup> Kit Pedagógico sobre Género e Juventude (2013). *Educação não formal para o mainstreaming de género na área da juventude* (2ª Edição) Lisboa: CIG.

Em todas as sociedades o género é uma determinante de quem detém o poder, e é desta forma que se determinam as oportunidades disponíveis para cada pessoa. Se, por um lado, o género faz referência aos homens e as mulheres, por outro, é fundamental a participação dos homens na promoção da igualdade de género, para que possa haver transformações sociais substanciais, se tivermos em conta que, na maior parte das sociedades, os homens são mais poderosos económica, social e politicamente do que as mulheres.

Se o género trata das relações entre mulheres e homens, mudar a natureza dessa relação requer mudanças em ambas as partes e não apenas numa delas.

Qualquer política direccionada para o desenvolvimento humano deve passar necessariamente pelo apelo à participação dos homens no que concerne à promoção da igualdade de oportunidades e consequentemente à autonomia das mulheres, no sentido de envolvimento social nas actividades, na criação de ambientes favoráveis, e sobretudo, no estabelecimento de parcerias com as autoridades, para que as mudanças de mentalidade possam ocorrer e que se alcance um futuro mais equitativo para todos.

Não obstante os progressos alcançados pelas mulheres em muitas sociedades, não devemos pensar de forma leviana que as organizações feministas atingiram a totalidade dos seus objectivos.

Na verdade, alguns progressos foram alcançados apenas nos países desenvolvidos, contrariamente aos países subdesenvolvidos, em que até à presente data a maior parte das mulheres continua sendo objecto de discriminação a todos os níveis, por parte dos homens.

Devemos recordar que as mulheres “nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, e como tal, têm os mesmos direitos que os homens, de acordo a Declaração Universal dos Direitos Humanos assinada pelos países em 1948.

Ainda assim, longo é o caminho a ser percorrido por todos, na busca de igualdade de oportunidades, no acesso aos bens e serviços e, sobretudo, na autonomia em termos de tomada de decisões, no combate aos preconceitos que as sociedades patriarcais, ao longo dos tempos, foram construindo em torno das mulheres, em função do seu sexo, assentes na chamada “ordem social de género”.

No ponto 1.2 aprofundaremos mais sobre a formação e consolidação do género, assim como, trataremos do processo de socialização das crianças e da influência que o mesmo tem nos comportamentos e actitudes dos indivíduos, nas interações com as pessoas mais próximas e pares, nas actividades lúdicas, ou seja, em todas as actividades que se realizam desde tenra idade, como formas de adaptação dos seres humanos a um mundo culturalmente

desenhado para que cada pessoa, em função do seu sexo biológico assuma socialmente papéis diferenciados.

## **1.2. O género como categoria social.**

Os conceitos sobre o *masculino* e o *feminino* começam a ser apreendidas desde idades tenras, estendendo-se ao longo da vida do ser humano. Geralmente, antes de o bebé nascer, já existe uma expectativa gerada pelos progenitores a partir do conhecimento da categoria biológica a que o bebé pertence.

A diferenciação de comportamento, após a criança nascer, é fortalecida através da interacção que se vai produzindo entre a criança e as pessoas que estão ao seu redor, o que possibilita que à partida se comecem a desenhar algumas características supostamente típicas para cada sexo.

Estes comportamentos ou atitudes têm o seu início no contexto familiar, e aí deve-se destacar o papel da família não só como a célula básica ou natural da sociedade, mas também na transmissão de valores para a desconstrução da diferenciação de papéis.

A escola como meio de socialização e espaço de confluência de diferentes culturas também é fundamental, estendendo-se essa tarefa aos restantes contextos de actuação do indivíduo.

Desta forma, vai-se construindo o género, como uma das categorias que exerce uma influência marcante no mundo da criança e na forma como a mesma se vê e percebe as pessoas que a rodeiam. Isto é, através de normas e comportamentos sociais pré-estabelecidos pelos adultos, segundo Vieira (2012), a criança “aprende a comportar-se de acordo com os modelos dominantes de masculinidade e de feminilidade” (p. 20), que são típicos da cultura em que vive.

Esta confluência de factores, tanto individuais como sociais, é extensiva a todos os membros da comunidade, sendo os mais próximos, os que também têm directamente mais influência na construção do modo como a criança se vê e se avalia.

Algumas investigações, como a de Janete Spence (1985, cit. in Vieira, 2012), apontam que a identidade de género começa a formar-se nas crianças de ambos os sexos, antes de as mesma terem a capacidade de expressar com palavras o seu pensamento.

Na verdade, desde o momento em que as crianças se identificam como meninos ou meninas começam a prestar mais atenção às informações relacionadas ao sexo de pertença e a observar mais os outros parecidos consigo.

Por esta razão, nos anos intermédios da infância, os rapazes interagem sobretudo com os pares do mesmo sexo, independentemente da cor da pele ou etnia, e as raparigas interagem preferencialmente com os pares do mesmo sexo.

Este comportamento característico em crianças de ambos os sexos, também conhecido segundo estudos (e.g., Hanish & Fabes, 2014) como “segregação de sexo” aparece por volta dos 5 ou 6 anos de idade, altura em que é evidente a preferência das crianças por pares similares na hora de brincar, devido à partilha de interesses e actividades comuns, por um lado; por outro, há padronização de comportamentos entre os pares, devido o tempo que passam em interacção uns aos outros.

Assim, a incorporação das normas de género influencia o modo de pensar e agir da criança, determinando os padrões comportamentais que irão acompanhá-la ao longo da vida.

Desta forma, as actividades para homens e mulheres são percebidos e valorizados de forma diferenciada. Essa diferenciação começa desde a infância e estende-se durante toda a vida, isto é, no acesso aos recursos, ao mercado de trabalho e às remunerações, assim como na divisão do trabalho dentro do lar.

Neste processo de socialização, as crianças são impulsionadas pelos adultos a apresentarem comportamentos em correspondência com o seu sexo e, como tal, são repreendidas quando apresentam comportamentos sociais inadequados aos padrões pré-determinados culturalmente.

Assim, a base da desigualdade não está assente na diferença biológica entre os sexos, mas sim na construção de expectativas sobre o que significa ser homem ou mulher.

Em modo de conclusão, podemos afirmar que o género como categoria social influencia a forma como a criança desde idades tenras interage com todas as pessoas que constituem o seu entorno social.

As expectativas, sonhos e anseios sobre o papel social a ser desempenhado futuramente pela criança, são modelados pelas crenças de género, assentando as mesmas numa série de características culturalmente distintas para mulheres e homens.

Este processo tem início na família por ser o espaço onde a criança mais tempo permanece, e conseqüentemente, mais contacto tem com os seus membros, antes do seu ingresso numa instituição escolar.

Através dos comportamentos tipificados que vai observando, quer na assunção das responsabilidades que lhe são atribuídas ou nas responsabilidades imputadas à pessoas do sexo oposto, a criança tenta corresponder às normas culturalmente pré-estabelecidas pela

sociedade, o que influencia a sua maneira de pensar e agir, inclusive na sua vida futura em termos de inserção no mercado de trabalho ou de constituição do seu próprio lar.

Partindo deste enquadramento, pretendemos no ponto 1.3 analisar os estereótipos de género como parte integrante da formação da identidade de género, dentro do processo de socialização a que o indivíduo está sujeito desde a nascença.

Debate-se ainda a influência e presença dos estereótipos nos diversos contextos da vida dos indivíduos, inclusive nas escolhas que os mesmos tendem a realizar relativas à sua vida futura.

### **1.3 Estereótipos de género e socialização.**

Como referimos anteriormente, o comportamento dos indivíduos é o reflexo dos padrões culturais de domínio, quer referente à masculinidade, quer à feminilidade. Assim, em cada sociedade, homens e mulheres são impulsionados a desenvolver papéis e comportamentos considerados “típicos” do seu sexo biológico.

As aprendizagens diferenciais assentes no género são um contínuo interrupto e têm início família e perduram pela vida em todos os restantes contextos de actuação do indivíduo, isto é, na escola, no local de trabalho e nos restantes espaços sociais.

Assim, através das actividades lúdicas a criança se expressa, assimila conhecimentos e constrói a sua realidade, o que contribui para a sua integração e convivência na sociedade, ao passo que vai incorporando os princípios de funcionamento do género.

As crianças, através da observação de modelos e da sua imitação nas distintas actividades, criam uma identidade própria, daí que nas brincadeiras espelham actividades desenvolvidas pelos adultos. A menina brinca a cuidar do bebé; enquanto o rapaz simula ser bombeiro, por exemplo. Assim sendo, podemos afirmar que, os adultos são os modelos por excelência das crianças.

Neste ponto particular, a família tem uma grande responsabilidade na transmissão de valores, por ser no seio familiar que os papéis e responsabilidades tendem a ser distribuídas de forma diferenciada para rapazes e raparigas, fazendo com que a sua intervenção, mesmo indirecta possa ser determinante para o sucesso na vida de ambos (Vieira, 2013).

Em função desta diferenciação de atribuições, geralmente, as mulheres assumem maiores responsabilidades familiares quando comparadas com os homens, dentro do contexto familiar, o que requer mais tempo e sobretudo maior gasto de energias em relação

ao sexo oposto, o que conseqüentemente provoca a ocupação da maior parte do tempo em actividades domésticas e familiares<sup>4</sup>.

A este respeito, Pellett e Ignico (1993, cit. in Costa & Antoniazzi, 1999), afirmam que “os pais são apontados como os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de estereótipos de papel de género nas crianças. A sua influência neste processo supera a possível intervenção de factores como os pares ou a escola” (p. 68).

Contudo, as escolhas que os indivíduos realizam, a partir das responsabilidades assumidas tanto na família como noutros espaços onde os mesmos actuam, leva-os irremediavelmente a identificarem-se com modelos de género aprendidos.

Os estereótipos afectam tanto os homens como as mulheres, porém com maior grau de prejuízo para as mulheres, na medida em que remetem as mesmas para papéis inferiores em relação ao homem, além de estabelecerem relações desiguais de poder entre os sexos.

Segundo Cook e Cusack (2010), um estereótipo “é uma visão generalizada sobre os atributos ou características dos membros de um grupo em particular ou sobre os papéis que os referidos membros devem cumprir” (p. 11). Refere o mesmo autor que o termo estereótipo foi cunhado em 1798 pelo tipógrafo Fermin Didot e utilizado por primeira vez para descrever um processo de imprensa, embora o termo derivasse do grego *stereo* e *tipo*, que significa “sólido” e “molde”, respectivamente.

Neste sentido, alguns estudos (e.g., Amâncio, 1994; Nogueira, 1999, cit. in Nunes 2007) apontam que a partir da categorização sexual binária (fêmea/macho) deduzem-se personalidades e comportamentos diferenciados atribuídos a mulheres e a homens.

Pelo facto de o conceito de estereótipos de género ser um termo abstracto, com extensão a homens e mulheres, o seu significado é dinâmico e muda com o tempo e através das culturas e das sociedades. Logo, tem havido variações históricas e culturais no que se considera ser típico dos homens ou ser típico das mulheres.

Estudos realizados (e.g., Neto, 1997, cit. in Vieira, 2008) sobre os estereótipos de género com crianças entre os 8-11 anos, tendo como base a categoria idade, mostram-nos que apesar de as crianças tendencialmente conhecerem um maior volume de estereótipos relativos à mulher do que ao homem, esses conhecimentos não os impulsavam necessariamente, a demonstrarem comportamentos estereotipados. Esta constatação pode ter duas explicações.

---

<sup>4</sup> Ver relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016). *Mulheres no trabalho: tendências 2016*. Genebra: OIT.

Por um lado, porque essa atitude nesta fase deve-se as pressões sociais, a que as crianças são submetidas na assunção progressiva de certas responsabilidades, dentro do seu contexto de actuação; por outro, talvez isso se verifique devido à crescente necessidade de aquisição de uma identidade de género, como recurso para melhor se inserirem nos grupos sociais.

Ainda segundo Vieira (2013) invocando outros estudos realizados (Hudson, 1983), quando o sexo é a variável em análise o resultado é diferente, ou seja, os rapazes mostram opiniões mais estereotipadas sobre as características individuais assentes em aprendizagens de género do que as raparigas.

Em nosso entender, o grau de desenvolvimento político, económico e social que algumas sociedades atingiram, sobretudo com o volume de informações a que desde tenra idade as pessoas têm acesso talvez pudesse permitir aprendizagens menos estereotipadas.

Porém, nas sociedades pouco desenvolvidas, onde as pessoas têm pouco ou nenhum acesso aos serviços básicos e, conseqüentemente, pouca informação, a desconstrução dos estereótipos de género também resulta mais morosa, se tivermos em conta que nas referidas sociedades os padrões culturais que discriminam a mulher estão muito assentes na vida quotidiana das pessoas.

Contudo, quer em países desenvolvidos, quer em países subdesenvolvidos, os estereótipos estão tão presentes na vida das pessoas que acabam por ser normalizados. Logo, os caminhos a serem trilhados, as escolhas a serem feitas pelos indivíduos, para a formação e conseqüente inserção no mercado de trabalho, não fogem à regra e as pessoas não questionam tais regras de funcionamento social.

As escolhas feitas a nível escolar e profissional não estão isentas de alguma carga de subjectividade estereotipada, sobretudo no que diz respeito as capacidades e competências cognitivas do homem e da mulher (Vieira, 2004).

Assim sendo, tendencialmente os rapazes escolhem ou inclinam-se mais para áreas das Ciências, Engenharias e Tecnologias; ao passo que as raparigas inclinam-se mais para áreas ligadas às Línguas e Humanidades.

Isto porque algumas características da personalidade masculina, como a objectividade e a força estão supostamente associadas às áreas das Ciências, Engenharias e Tecnologias; enquanto que as características supostamente mais femininas, como a subjectividade, a debilidade etc., estão tradicionalmente ligadas às áreas das Línguas e Humanidades (Saavedra, 2005).



Não obstante a desigualdade na escolha de áreas do saber verificada entre homens e mulheres, parece haver indícios de maior empenho por parte do sexo feminino em enveredar por áreas tradicionalmente vistas como do sexo masculino, o que não acontece da mesma forma com os rapazes (Vieira, 2003).

Isto deve-se, provavelmente, ao facto de as mulheres estarem motivadas para a aquisição de outros estatutos sociais mais elevados e, conseqüentemente, melhores remunerações ao começar a entrar em áreas que até agora eram do domínio exclusivo dos homens. Além disso, abre-se a possibilidade de cada vez mais haver maior esclarecimento em termos de informações por parte da comunidade educativa (e.g., pais e encarregados de educação, professores, líderes religiosos e comunitários), o que ajuda a contrariar a segregação anterior.

Contudo, outros estudos (e.g., Saavedra, 2015), nos mostram que o número de raparigas e rapazes que se interessam por exemplo pelas Ciências, Engenharias e Tecnologias, isto é, por áreas tradicionalmente masculinas, afigura-se igual até os 12-13 anos de idade, altura em que começa a haver uma queda considerável em termos de escolha por parte das raparigas, nas áreas anteriormente referenciadas.

Segundo a autora referida, o “efeito do oleoduto que pinga” (*the leaky pipeline effect*), fenómeno assim conhecido nos bastidores académicos, mostra-nos que à medida que se avança na escolaridade e, conseqüentemente, na carreira profissional, o número de raparigas vai reduzindo.

Entre outras razões, está a decisão de sair, quando têm que escolher entre desempenhar, ou não, cargos de direcção e chefia ou coordenar ambientes académicos, quando elas notam que o ambiente é agressivo e não facilitador da conciliação família-carreira.

Situação relativamente inversa acontece com o sexo masculino, quando se orienta vocacionalmente para profissões consideradas tradicionalmente femininas. Em igualdade de circunstâncias, é frequente os homens rapidamente progredirem na carreira e ocuparem cargos de direcção e chefia, quer no mundo empresarial, quer no meio académico.

Nesta ordem de ideias, podemos considerar como “pontos de estrangulamento” na construção da carreira profissional das mulheres, o casamento e a maternidade. Até porque esses dois últimos elementos fazem com que a mulher seja obrigada a dedicar mais tempo e energia ao cuidado do lar e dos filhos, limitando o tempo disponível para a vida profissional.

De facto, os estereótipos continuam a mediatizar a vida de homens e mulheres em todos os domínios de actuação, devido aos padrões que as sociedades pré-estabelecem em função do sexo biológico que o individuo traz à nascença.

Segundo Hernández, Ojeda e Medina (2009), “a educação sexista polariza os seres humanos a partir de uma distorção dos modelos socioculturais de homem e mulher, e longe de ser fonte de crescimento e desenvolvimento responsável do indivíduo, se converte em geradora de conflitos e, em muitos casos, de transtornos que se repercutem negativamente nas relações entre as pessoas, especialmente, entre aqueles de sexos diferentes” (p. 22).

Em suma, a forma como os indivíduos se comportam em determinados contextos é um reflexo dos padrões culturais pré-concebidos socialmente. Esses padrões fazem com que as pessoas desde tenra idade e em função do sexo se identifiquem com papéis e comportamentos atribuídos estereotipadamente ao seu grupo de pertença.

Este processo de identificação rígida e ao mesmo tempo de aprendizagem de crenças distorcidas, a respeito de um ou outro sexo, tem início na família e estende-se aos restantes contextos onde as pessoas interagem, construindo desta forma as bases das estereotipias.

Os estereótipos, mesmo sendo prejudiciais para homens e mulheres, tendem a ser mais negativos para as mulheres, na medida em que não só provocam sentimentos de discriminação e inferioridade nas mesmas como constituem verdadeiros obstáculos para a sua integração social, por influenciarem até mesmo as escolhas que as mesmas realizam ao longo do seu percurso de vida.

Assim sendo, no ponto 1.4 queremos analisar os mecanismos a serem adoptados, na óptica dos vários autores, para o desencorajamento dos estereótipos de género dentro do contexto educativo, envolvendo os diversos membros da comunidade escolar.

Importa trazer para o debate assuntos como as desigualdades de género, para que as mulheres sejam cada vez mais valorizadas socialmente e continuem a ter sucessos noutros contextos de actuação, o que só é possível com a (des) construção do género na intervenção pedagógica. Falar de género é também falar de rapazes e de homem, como se disse atrás, e a escola não pode ficar à margem de problemáticas específicas em que eles próprios também apresentam fragilidades de várias ordem.

#### **1.4 A (des) construção do género na intervenção pedagógica.**

A educação é um processo que promove determinadas formas de relacionamento entre pessoas, desde idades tenras e em correspondência com o sexo biológico,. Os adultos, através da educação, tendem a transmitir às crianças modelos sociais e estereotipados de hegemonia de um sexo sobre o outro, que influenciam negativamente o desenvolvimento individual e social dos indivíduos.

A problemática da igualdade de oportunidades entre sexos, dentro do contexto do sistema educativo, possibilita-nos pensar em certa medida no papel da educação no desenvolvimento das sociedades, quando apesar dos esforços envidados pelo próprio sistema educativo, no sentido de se reduzirem ou mesmo erradicarem as desigualdades sociais, se sabe que prevalece uma ordem social que inferioriza as mulheres na maior parte dos domínios.

De facto, homens e mulheres detêm estatutos diferenciados socialmente. Embora tenha ao longo dos tempos havido mudanças nas relações de poder, contudo, os homens ainda continuam a simbolizar “poder e domínio” na maioria das áreas de actuação (Relatório da OIT, 2016).

As investigações realizadas sobre a situação das mulheres a nível internacional, mostram que apesar de os direitos da mulher serem reconhecidos nas diferentes legislações, sendo cada vez mais notória a sua participação social nas diferentes actividades e profissões, porém, na prática ainda existem muitos obstáculos a serem removidos, para que as mesmas gozem em pleno os direitos consagrados por lei (ibidem).

Essa discriminação perpetuada sobre a mulher, por crenças culturais estabelecidas em função do sexo biológico, tem excluído e relegado a mulher para a assunção de responsabilidades secundárias, em todos os espaços sociais onde a mesma se move, inclusive nos estabelecimentos escolares.

A escola por ser um espaço privilegiado de promoção de valores, através de acções educativas, permite estreitar relações humanas, promover um clima de liberdade e respeito pelo outro e desenvolver actividades não sexistas e inclusivas.

Um dos princípios defendidos pelas escolas inclusivas baseia-se na garantia de um bom nível de educação para todos, através da mobilização de recursos da escola e da comunidade, o que pressupõe que rapazes e raparigas participem activamente no processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma, a escola aparece então como um recurso capaz de catapultar as raparigas para melhor inserção na vida profissional e a projecção de um futuro melhor, em termos de rendimento, o que não acontecia no passado.

Contudo, se por um lado a escola conseguiu que rapazes e raparigas tenham o mesmo acesso ao sistema de educação compartilhando os mesmos espaços físicos, isto é, as salas de aulas e outros espaços extensivos à escola, em contrapartida, os modelos pedagógicos, as interações entre alunos, entre professores e alunos e vice-versa, assim como os métodos utilizados para ministrar aulas continuam a veicular valores culturais dominantes,

concedendo um tratamento diferenciado a rapazes e raparigas, que acaba por perpetuar as estereotípias.

Neste sentido, Fontaine (1995 cit. in Nunes, 1996) afirma que a escola estimula a adopção de estratégias adaptadas a essas representações estereotipadas. Os professores, portadores das suas próprias representações, interagem de forma diferente com rapazes e com raparigas transmitindo imagens diferenciadas segundo o sexo.

Ainda segundo a mesma autora, para as raparigas, as características dominantes transmitidas são a capacidade de se esforçarem e a dependência na realização de tarefas, enquanto no caso de rapazes a interacção reafirma a competência e a capacidade de autonomia. Logo, essa desigualdade social entre homens e mulheres deu lugar a estereótipos e práticas discriminatórias em todos os contextos das relações sociais.

Assim, os estereótipos estão presentes também (Martori, 1994) no contexto da ciência, ao transmitirem-se conhecimentos e saberes muitas vezes ignorando as contribuições feitas por mulheres na cultura geral. Há afirmações pejorativas que recaem sobre elas; a linguagem que os professores utilizam dentro das salas de aulas, usando invariavelmente o masculino para designar colectivos, mesmo havendo pessoas de ambos os sexos, retira-lhes invisibilidade; ou corrigindo comportamento interpretados como adequados mais de acordo ao sexo. Estas e outras práticas têm contribuído para denegrir a imagem das mulheres.

A eliminação das desigualdades de género é determinante para a construção de uma sociedade equitativa e todas as pessoas têm o direito de viver e aprender num ambiente livre de discriminação, o que só é possível com o acesso à educação.

Naturalmente, numa sociedade (Comissão Europeia, 2011) onde as raparigas e as mulheres não são consideradas em pé de igualdade com os rapazes e os homens, é ínfima a hipótese de as escolas compensarem esta situação e de assegurarem as mesmas oportunidades de vida para ambos os sexos.

Contudo, o sistema educativo não pode situar-se numa posição de indiferença face as desigualdades e afastar-se dos problemas que se encontram nas suas próprias entranhas, antes pelo contrário, necessita de focalizar-se nos seus problemas internos, contando com o apoio da comunidade em que a escola está inserida.

Urge que dê respostas àquelas questões fundamentais, sobretudo, referentes às desigualdades verificadas nos grupos mais vulneráveis, como tem sido o caso das mulheres.

Deste ponto de vista, como se disse atrás, deve merecer também atenção o processo de manutenção das desigualdades sociais dentro do próprio recinto escolar, evidenciadas nas

mais variadas formas, como os métodos pedagógicos utilizados, os estilos de comunicação, as actitudes e valores implícitos ou invisíveis, que vão além dos conteúdos programáticos.

Assim sendo, Arnesen (1995, cit. in Nunes, 1996) considera que na prática de uma pedagogia da igualdade, o fundamental é clarificar-se a “dimensão género” em todos os aspectos organizativos e do currículo.

Essa clarificação deve ser usada para se aprofundar, por um lado, a reflexão sobre os estereótipos mais frequentes, as consequências psicológicas, sociais e económicas de se ter nascido rapaz ou rapariga; e, por outro, para servir de base como um aspecto fundamental da formação de professores, capacitando-o para identificarem a “dimensão género” ao nível dos conteúdos programáticos e das metodologias de cada disciplina, das interações professor(a)/aluno(a) e dos papéis e responsabilidades atribuídas a rapazes e raparigas, professores e professoras, aos auxiliares de educação (mulheres e homens), em termos do funcionamento geral da escola (ibidem).

Martori (1994) considera que para atingir um ensino realmente coeducativo, há que facilitar o acesso das meninas e raparigas a profissões tradicionalmente masculinas, essencialmente as de vocação técnica, e há que incentivar a autoconfiança nelas mesmas para que se sintam capazes de desempenhar um papel maior no âmbito público.

Ainda, segundo a Comissão Europeia (2011), o desenvolvimento de boas relações entre docentes e alunos é um factor-chave para gerar a mudança nas escolas e, em especial, encorajar os docentes a não discriminarem e a respeitarem as escolhas dos seus alunos e alunas.

Este objectivo pode atingir-se através da monitorização das dinâmicas em sala de aula e dos níveis de atenção e de apoio prestado. E, todos os programas de formação de docentes deveriam incluir um módulo sobre a igualdade de género e os mesmos deveriam ser avaliados quanto às suas práticas de promoção da igualdade de género durante o estágio, assim como durante os programas de formação contínua (ibidem).

Em suma, pese embora a existência de um número cada vez maior de mulheres a aderirem e frequentarem diferentes níveis e modalidades de ensino, na prática educativa ainda se verificam a todos os níveis, comportamentos depreciativos em relação às raparigas, com base nas suas características anatomofisiológicas.

Assim, o processo de desconstrução do género, para o estabelecimento da igualdade entre rapazes e raparigas, desde a perspectiva do contexto escolar e, com base na opinião de alguns autores referenciados, envolve não só mudanças internas, como a formação e capacitação de professores em temáticas ligadas ao género (como aspecto basilar na

mudança de comportamentos estereotipados) como também mudanças externas a nível social e político.

São ainda fundamentais alterações nos planos curriculares das escolas, nos materiais de ensino e nos programas das disciplinas ensinadas.

## **Conclusão**

Como pudemos observar ao longo deste capítulo I, ao falarmos de sexo aludimos às diferenças biológicas, características de mulheres ou de homens, que são universais e não se alteram de sociedade para sociedade. Em contrapartida, quando falamos de género referimo-nos aos atributos sociais, aos papéis, às tarefas, às funções, aos deveres, às responsabilidades, aos poderes, aos interesses, às expectativas e necessidades que socialmente se relacionam com o facto de se ser rapaz ou homem ou de se ser rapariga ou mulher, numa determinada época e sociedade.

A construção do género, com base nas características do sexo biológico, é um processo que tem início no seio familiar, onde através da interacção com os parentes mais próximos, a participação em actividades lúdicas e até mesmo na oferta de brinquedos que é feita à criança, a mesma começa a aprender de forma precoce as diferenças entre homens e mulheres, contribuindo para a construção de auto-imagens positivas ou negativas de si própria à medida que se vai fortalecendo a sua identificação com um ou outro sexo.

A identificação da criança com uma das categorias sociais não só permite à criança conhecer os atributos ou características do seu grupo social de pertença, como também as crenças culturais pré-estabelecidas e associadas a cada um dos grupos.

Essas aprendizagens estender-se-ão nas etapas posteriores da sua vida, inicialmente, com a divisão de tarefas familiares diferenciadas e, posteriormente, nas futuras escolhas que invariavelmente terá de efectuar em termos profissionais e em outras áreas.

Por conseguinte, essas crenças culturalmente pré-estabelecidas não se circunscrevem apenas aos desempenhos em contexto familiar, mas são extensivos a outros domínios, como a política, os grupos religiosos, o ambiente de trabalho, as associações e as instituições de ensino.

Pese embora dentro das instituições de ensino se verificar uma afluência cada vez maior de raparigas e mulheres com acesso aos diferentes níveis de ensino, e a igualdade de género ser um direito consagrado nas diferentes legislações, na prática, os estabelecimentos escolares não conseguiram a todos os níveis combater o flagelo da discriminação, e homens e mulheres continuam a ter um tratamento diferencial a vários níveis.

Partindo deste enquadramento teórico, no capítulo II será abordada a questão da igualdade entre homens e mulheres no contexto angolano, com particular ênfase para o contexto da política nacional sobre a promoção da igualdade de género e os principais desafios que se levantam à sua implementação.

## **Capítulo II-(Des) igualdades sociais entre homens e mulheres em Angola.**

### **Introdução**

A Constituição da República de Angola estipula que “Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objectivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social” (Artigo 1.º).

A igualdade entre homens e mulheres ou entre os sexos é, sobretudo, uma questão de direitos humanos e traz benefícios para a economia do país.

Neste sentido, promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos e a consequente melhoria da qualidade de vida constituem desideratos fundamentais para a justiça social em qualquer país do mundo.

Por conseguinte, o desenvolvimento da pessoa humana deve ser integral, isto é, em todas as dimensões e aspectos: físico, cognitivo, afectivo, social, religioso, moral, entre outros. Quer dizer, tanto para homens como para mulheres, alcançar este desenvolvimento integral exige uma igualdade nos planos educativo e social.

A igualdade entre homens e mulheres é uma prioridade nas políticas do governo e está intrinsecamente ligada aos esforços para a promoção do direito à educação e para apoiar a realização do Plano de Acção Nacional de Educação para Todos (PAN-EPT) e os objetivos mais amplos de desenvolvimento do Milénio (ODM), delineados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Embora exista consciência por parte dos decisores políticos sobre a importância da participação da mulher em todos os sectores de actividade produtiva para o desenvolvimento das sociedades, conforme consta na legislação nacional, na prática, os projectos e programas de promoção da igualdade de género delineados pelo governo têm encontrado dificuldades na sua implementação, por razões de variada natureza.

Assim, é nossa intenção neste capítulo II fazer uma caracterização da República de Angola, atendendo à sua geografia, economia, sociedade e, com particular ênfase, à sua cultura. Consequentemente, faremos uma caracterização da política educativa colonial do Estado Português face a Angola, assim como da política do Governo Angolano, após a independência, com particular destaque para as políticas de igualdade entre homens e mulheres em Angola.



Ainda dentro deste último ponto, abordaremos os efeitos do conflito em Angola sobre a perspectiva de género e os principais desafios para a promoção da igualdade entre homens e mulheres no país.

## **2.1 Angola: Contexto geográfico, político, económico e histórico.**

A República de Angola está localizada no continente africano, especificamente na parte Ocidental da África Austral e tem uma extensão territorial de 1.246.700 km<sup>2</sup>.

É limitada a norte pela República do Congo e por uma parte da República Democrática do Congo (ex-Zaire); a sul, pela República da Namíbia; a leste, pela República da Zâmbia e a oeste, pelo Oceano Atlântico. Apresenta uma costa marítima de 1.650 Km e as suas fronteiras terrestres correspondem a um total de 4.837 km.

A divisão político-administrativa do Estado, contempla 18 Províncias, 163 Municípios e estes estão dividido em comunas. O orçamento de cada província é elaborado com base nas contribuições dos diferentes sectores de actividade existentes a nível provincial.

É um país que apresenta basicamente duas estações climáticas diferentes: a das chuvas, quente, que decorre de outubro a maio, e a do cacimbo, seca e fresca, que vai normalmente de junho a setembro. Excepcionalmente, em algumas regiões, a época das chuvas é marcada por um curto período de seca que pode ocorrer de dezembro a fevereiro.

As condições climáticas variam de região para região. Assim, a temperatura média anual mais elevada varia de 25° a 27°C e ocorre na região da bacia do Congo e no litoral do Norte do País; a temperatura média anual mais baixa é de 15°-20°C e regista-se na zona planáltica e ao longo do deserto do Namibe.

A precipitação média anual decresce de Norte para Sul e aumenta com a altitude e distância do mar. Logo, a precipitação média anual mais elevada é de 1 750 mm e regista-se no planalto, e a mais baixa é 100 mm na região desértica do Namibe, sendo a mesma influenciada pelo centro de altas pressões do Atlântico Sul, pela corrente fria de Benguela e pela altitude.

O relevo é variável, com a existência de um maciço de terras altas e baixas que podem atingir até 200 metros. Encontramos também montanhas e planaltos que se situam acima dos 200 metros, assim como o planalto central que chega a atingir os 1600 metros de altitude, com a excepção do ponto mais alto do país, o Morro Môco, com 2 620 metros de altitude, situado na província do Huambo.

É um país rico em recursos minerais, com particular destaque para a produção e exploração de petróleo e diamante, por serem os dois recursos que mais contribuem para o

aumento das receitas do PIB (Produto Interno Bruto), além do gás natural e sem descurar também, as grandes reservas de fosfato, ferro, manganês, cobre, ouro e rochas ornamentais. Segundo fontes consultadas, “as estimativas apontam para que Angola tenha um potencial de 38 dos 50 minerais mais procurados no mundo”<sup>5</sup>.

A abundância de terras agrícolas e as condições climáticas diversificadas oferecem o ambiente propício para o desenvolvimento de uma variada gama de cultivos, assim como a produção pecuária.

Existe igualmente uma abundância de recursos pesqueiros, além da actividade piscatória constituir uma importante fonte de emprego para as comunidades costeiras. Entre as principais capturas de pescado, podemos destacar a sardinha, o carapau, a marionga e a lagosta, seguido do camarão, gamba, caranguejo, garoupa, roncador, cachucho, pescada, etc.

Também possui um enorme potencial hidrográfico; não pode deixar de merecer também a nossa atenção, o potencial de recursos florestais de incalculável valor como a tola branca, takula, pau-rosa, pau-ferro etc., não só para a economia dos agregados familiares mas também, do ponto de vista ambiental, as florestas fornecem benefícios, tais como a protecção dos solos, reforço dos aquíferos subterrâneos e melhorias na produção agrícola.

Durante o período colonial, Angola atingiu elevadas taxas de crescimento o que, conseqüentemente, permitiu impulsionar os sectores agropecuário e manufactureiro, respectivamente.

No período colonial, o país exportava café e alimentos básicos derivados do sector primário, tais como o milho, e praticamente possuía autossuficiência alimentar. Contudo, segundo o relatório da UNCTAD (2013), “a vasta maioria da população angolana continuava a viver em situação de pobreza extrema e os indicadores sociais eram acentuadamente baixos” (p. 2).

Angola fez face a quarenta anos de conflitos armados, primeiramente com o início da luta armada a 4 de fevereiro de 1961, pela sua autonomia de Portugal, e após a proclamação da independência a 11 de novembro de 1975, com o eclodir da guerra civil que envolveu os três movimentos nacionalistas de Angola, nomeadamente, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/05/31/economia/noticia/riqueza-geologica-de-angola-apontada-no-mapa-com-a-ajuda-de-tecnicos-portugueses-1733518> (acedido a 03 de maio de 2017).

Assim, a saída dos colonos portugueses, por um lado, e o eclodir da guerra civil, por outro lado, provocaram um “efeito dominó” na economia do país, tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas.

O êxodo dos colonos portugueses e a luta armada levaram ao drástico declínio das actividades produtivas, tanto nas áreas rurais como nas zonas urbanas. Isto é, a produção agrícola foi severamente castigada, assim como uma percentagem considerável da população ficou deslocada das suas zonas de origem, e como se não bastasse, o sector primário que na época da independência era um dos pilares da economia, praticamente desapareceu.

A guerra teve um efeito tão nefasto na economia e na sociedade que, mesmo após o estabelecimento dos acordos de paz, a 4 de abril de 2002, as mazelas económicas e sociais de uma sociedade pós-conflito, ainda hoje se fazem sentir. Segundo alguns relatórios apresentados (e.g., PNUD 2005; Pushak & Foster 2011; OCDE, 2011, cit. in UNCTAD, 2013), “apesar dos grandes esforços envidados para recuperar as infraestruturas, muito resta por ser feito (p. 2)”.

De acordo com os resultados preliminares do Censo 2014, Angola tem uma população de 24.383.301 habitantes. A distribuição por sexo, definida a partir do referido relatório, aponta para uma população composta por 48% de homens e 52% de mulheres. Este desequilíbrio na distribuição dos sexos traduz-se num índice geral de masculinidade de 0,94 ou seja, 94 homens para 100 mulheres.

A população encontra-se concentrada maioritariamente nas áreas urbanas (62,3%), vivendo apenas 37,7% da população nas áreas rurais. A análise da distribuição etária revela que a população angolana é jovem, com 48% de pessoas com idade inferior a 15 anos, sendo que menos de 50% da população é economicamente activa. As mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) constituem 44% da população e uma em cada três pessoas está em idade escolar (6-17 anos).

A economia de Angola, segundo o Relatório do World Bank (2014), sofreu um processo de desaceleração em 2013, devido ao fraco desempenho do sector petrolífero, em detrimento da cotação de preço do barril de petróleo no mercado internacional. Assim, o PIB real cresceu 4,4%, ligeiramente menos que a taxa de crescimento de 5,1% prevista em 2012.

Segundo o Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos (2014), o orçamento atribuído ao sector da educação, por exemplo, em 2014, foi de 6,16%. Além de não satisfazer as necessidades educativas do país, este valor está muito abaixo da média da

SADC<sup>6</sup> e aquém da proposta mundial, 20% (p. 15). E, segundo Ferreira (2005), “só um aumento significativo da fatia orçamental poderia aumentar a capacidade de intervenção do Ministério de Educação, com consequências em todo o território” (p. 110).

A população angolana é composta maioritariamente por grupos etnolinguísticos de origem *bantu*. Calcula-se que os *bantu* eram povos invasores provenientes dos actuais territórios da Nigéria e Camarões e que se dedicavam fundamentalmente à caça.

Assentaram no deserto do Namibe e em função das incursões que realizavam, começaram a adquirir novas técnicas como a metalurgia, a cerâmica, a agricultura e a pastorícia, constituindo desta forma as primeiras comunidades agrícolas. À medida que se iam espalhando pelo território, foram constituindo comunidades, dando origem aos actuais grupos etnolinguísticos que fazem parte do mosaico cultural do país.

Segundo Zau (2002), “uma parte da população de Angola teve ou tem a sua origem na fusão entre os diferentes grupos que se estabeleceram no território da actual Angola, e posteriormente, na população europeia sobretudo portuguesa, durante a etapa da colonização” (p. 55).

A cultura bantu tem uma grande influência na vida quotidiana das pessoas em Angola, com particular destaque nas áreas rurais, preservadas com algum afastamento da influência do mundo das novas tecnologias e da informação. Essa cultura é caracterizada por um sistema patriarcal, com poderes atribuídos aos homens e aos mais-velhos, por serem a fonte reguladora e fiscalizadora da vida na comunidade.

As mulheres assumem dentro do contexto da comunidade um papel secundário, isto é, na gestão do lar como mães e esposas; os jovens de ambos os sexos, para serem consagrados como elementos activos dentro da comunidade, são submetidos a rituais de passagem à vida adulta, o que se repercute de forma negativa no seu desempenho escolar, já que durante o ritual são obrigados a abandonarem a escola por longos períodos, e por vezes, sobretudo as raparigas, já não regressam.

Refira-se que os rituais de iniciação no contexto da cultura bantu representam a transição da pré-adolescência para a vida adulta, e conseqüentemente, para a assunção futura dos papéis de mães, por parte das raparigas.

Este processo tem início após a menarca e é realizado pelas mulheres mais experientes da comunidade em que as raparigas estão inseridas. Através de ensinamentos relativos a

---

<sup>6</sup> A SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e em inglês, *Southern Africa Development Community*) é um bloco económico e político composto por 15 países da África Austral (região sul do continente). Foi criada a 17 de outubro de 1992 e está sediada na cidade de Gaborone (Botswana).

temas sobre a sexualidade, o parto e a fertilidade, vão inculcando na mente das raparigas as responsabilidades sociais que deverão assumir dentro da comunidade, após a realização do casamento.

Nesta sequência, as raparigas casam-se cedo e após o casamento passam automaticamente a pertencer à família do marido, dedicando-se exclusivamente à procriação, aos trabalhos domésticos e, por vezes, à agricultura, deixando de frequentar a escola em função das novas responsabilidades e desafios que acarreta a vida no lar. E, como referiram Silva e Carvalho (2009), “a escola representa um factor de perversão da tradição local” (p. 2404).

De facto, com a modernização das sociedades, de que Angola não é excepção, tem-se vindo a cultivar, embora timidamente, uma nova imagem da mulher, associada à sua capacidade de intervenção, participação e de autonomia em todos os contextos de actuação.

Contudo, como resultado de um processo cultural transmitido geracionalmente, existe de forma geral alguma resistência ao reconhecimento da mulher como um ser capaz de assumir e desempenhar responsabilidades e funções semelhantes às dos homens, relegando-a assim cada vez mais para um estatuto inferior.

E, como disseram Silva e Carvalho (2009), na sociedade angolana, vigoram representações sociais sobre a mulher, construídas por referência a valores ecléticos, que trespassam o contexto urbano, face à tradição vigente no contexto rural.

Em suma, os valores tradicionais têm marcado a vida das pessoas na sociedade angolana, com particular influência nas áreas rurais, sendo ainda bastante pronunciado o domínio masculino em assuntos relativos à família, à área económica e laboral e em termos de poder de decisão a todos os níveis, relegando a mulher para segundo plano no que concerne à actuação social. Porém, essas diferenças tornaram-se mais acentuadas durante o período de dominação colonial, como apresentaremos no ponto 2.2

## **2.2 A política educativa colonial**

O interesse político e económico de Portugal pelos territórios ultramarinos teve lugar a partir do século XIX, particularmente, após a independência do Brasil em 1825. Anteriormente a essa data, o número limitado de colonos portugueses em território angolano estava confinado apenas às zonas costeiras, sendo Luanda e Benguela, respectivamente, as províncias que acolhiam o maior número de colonos europeus.

O mesmo não acontecia no interior do país, onde a presença da população europeia era sentida apenas nos postos comerciais e militares. Contudo, para inverter essa situação e por

forma a atrair a imigração de famílias portuguesas, tornou-se um imperativo a criação de condições para o funcionamento de um sistema de ensino formal, que se tornou realidade em 1845 com a criação em Angola de um estabelecimento oficial de ensino.

Essa iniciativa, apesar de ser importante na época, não foi suficiente, já que as populações não estavam preparadas para a frequência das aulas. Assim, transcorridos dez anos, ou seja, em 1856 emitiu-se outra portaria determinando que "os filhos dos indígenas deveriam ser educados em Luanda, sob a orientação e vigilância das autoridades portuguesas, a expensas do Estado" (Santos, 1970, p. 134, cit. in Liberato, 2015, p. 1006). E neste vaivém, foram-se sucedendo as tentativas para a criação de um sistema de ensino em Angola.

Com efeito, a política portuguesa em relação aos territórios de ultramar começou a sofrer alterações significativas com a falência do chamado "mapa-cor-de-rosa". Este acontecimento influenciou posteriormente a política portuguesa em relação às colônias africanas, dando lugar a um novo sentimento patriótico e essencialmente nacionalista, mas igualmente excludente para os angolanos.

A implantação da República portuguesa, em 1910, trouxe novas "mudanças" para os territórios ultramarinos, já que se defendia a instrução como meio de civilização, utilizando para o efeito a língua portuguesa, ao passo que se proibia a utilização das línguas nacionais<sup>7</sup> no território.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, e conseqüentemente, a criação da Carta das Nações Unidas, constituiu um marco importante no contexto da política internacional, ao consagrar a "igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos", como um dos princípios basilares espelhados no referido normativo e, por constituir um instrumento de fiscalização e pressão, sobre os países como Portugal, cujas políticas eram segregacionistas.

Assim, Portugal ao ingressar na ONU a 14 de dezembro de 1955 e, conseqüentemente, ao aceitar as obrigações constantes da Carta das Nações Unidas, não tinha outra alternativa que não fosse o cumprimento das responsabilidades que lhe eram imputadas como membro, a menos que negasse que os territórios sob sua jurisdição estivessem nas condições previstas.

Contudo, o Governo de Portugal tornou-se insensível face à ideia de independência do território. E, ao adoptar essa postura, acabava de assentar as bases para que diversos

---

<sup>7</sup> Línguas Nacionais - são todas as línguas nacionais de origem bantu (e.g., Umbundu, Kimbundu, cokwe, Kikongo entre outras.). Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação [EIMSE], 2001, p. 6.

movimentos nacionalistas radicados na diáspora e no país iniciassem uma onda de contestação sobre a sua política colonial.

Essa situação fez com que internamente, a nível dos territórios ultramarinos, através de propagandas contra o regime colonial, as pessoas aderissem voluntariamente aos movimentos nacionalistas e, no caso particular de Angola, apoiados pelos países vizinhos, dada a facilidade de circulação existente entre as fronteiras, e se insurgissem constantemente, contra o regime colonial devido aos males decorrentes do próprio processo de colonização.

Segundo Capoco (2013), “para estes movimentos africanos, qualquer solução proposta somente seria considerada aceitável, se passasse pela via de um projecto político da descolonização” (p. 129).

Dado o fortalecimento constante destes movimentos nacionalistas através do apoio que recebiam de outros movimentos no exterior, e tendo em vista a postura irredutível de Portugal face à descolonização do território, rápido se apercebeu que o único caminho para a conquista da independência passava necessariamente pela via da luta armada.

Com efeito, a 04 de fevereiro de 1961, teve lugar a primeira revolta organizada contra o regime colonial português, com o ataque à Cadeia de São Paulo e à Casa de Reclusão, em Luanda, onde se encontravam detidos vários nacionalistas. Esta acção para além de libertar os presos políticos das cadeias de Luanda, constituiu um aviso as autoridades portuguesas do processo que vinha a seguir: a descolonização de Angola.

Assim, sobre fortes pressões internas e externas, e também com o objectivo de transmitir uma imagem “cor-de-rosa” ao mundo, em 1961 o governo de Angola (Liberato, 2015) assumiu a responsabilidade directa pela educação da população em geral.

Segundo a mesma autora, assistiu-se ao desenvolvimento da rede escolar primária nos centros urbanos e em certas áreas rurais com a aprovação do *Levar a escola à sanzala: Plano de Ensino primário rural em Angola 1961-62*, da autoria do então Secretário Provincial da Educação, Amadeu Castilho Soares.

Esse plano de âmbito nacional tinha como objectivo a expansão da escolarização e da língua portuguesa, sobretudo nas zonas periurbanas e rurais, onde o acesso ao sistema de ensino era limitado e consagrou o ensino primário como “obrigatório e gratuito” para as crianças dos 6 aos 12 anos.

Ainda no âmbito da expansão da escolarização, presume-se que por volta de 1962, começaram a aparecer os primeiros Cursos de Monitores Escolares, isto é, professores com habilitações literárias de 4ª classe, que ministravam aulas a crianças da 1ª à 4ª classe nas

áreas rurais; ainda neste ano também foram criadas duas Escolas do Magistério Primário e implantadas nas cidades de Silva Porto (actual província do Bié) e de Malange.

Contudo, a expansão quantitativa da escolaridade não era sinónimo de qualidade, já que essa mesma política era concebida sobre a base dos valores portugueses, tendo a língua portuguesa como veículo de transmissão da ideologia colonial.

Assim, a própria língua acaba sendo um entrave para ministrar os conteúdos programados, tendo em atenção que se tratava de pessoas na sua maioria com pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa além disso, era o retomar das mesmas políticas segregacionistas, em função da classe social e raça, onde os que têm possibilidades entram no sistema, e os que não têm ficam de fora.

Segundo Zau (2002), “a escola, em Angola, ao servir necessariamente interesses que visavam perpetuar a colonização, apresentava uma dimensão totalmente estrangeira para a grande maioria dos angolanos. Pouco ou nada se preocupava em ensinar sobre a realidade angolana ou africana, mas sim, quase exclusivamente, sobre Portugal e a Europa. Inclusive, os manuais de leitura, o conteúdo da disciplina de História e de Geografia eram os mesmos utilizados na metrópole” (p. 73).

Porém, essa disseminação ideológica sobre a cultura portuguesa não era realizada apenas dentro do sistema educativo no período colonial, mas era extensivo a outros sectores sociais, como é o caso das igrejas católica e protestante, onde só o catecismo era ensinado em línguas nacionais.

Refira-se que, no contexto da colonização, as igrejas desempenharam um papel preponderante na propagação dos valores portugueses, por meio do batismo e do catecismo, durante o contacto que os missionários estabeleciam com as populações. Dai que, mesmo quando se fazia referencia a África, era do ponto de vista da inferioridade com relação a Portugal e à Europa.

Assim sendo, podemos afirmar que a política educativa colonial era excludente e segregacionista para os angolanos, na medida em que, embora a referida política estivesse assente nos princípios da obrigatoriedade e gratuidade para os alunos que frequentavam o ensino primário, devido às condições económicas e financeiras da maior parte da população poucas pessoas tiveram acesso, real à escolarização.

Para além disso, essa política educativa era assente nos valores portugueses, marginalizando as línguas nacionais e os valores da cultura local, com consequências negativas, quanto ao acesso e permanência dos alunos dentro do próprio sistema de ensino.

Em suma, a política educativa colonial não estava direccionada para a promoção da



identidade cultural e patrimonial dos angolanos, antes pelo contrário, era um instrumento ideológico de aculturação a todos os níveis.

Partindo deste enquadramento histórico, pretendemos no ponto 2.3 analisar os diferentes processos políticos, económicos e sociais que tiveram lugar no país, com particular incidência no sistema educativo e as medidas adoptadas pelo governo para o acesso “massivo” dos angolanos à escola, após a proclamação da independência de Angola.

### **2.3 Contexto da política nacional sobre educação.**

Como referimos anteriormente, as assimetrias criadas pelo sistema colonial em termos de políticas educativas fizeram com que o MPLA após conquistar o poder e, conseqüentemente, declarar a independência de Angola em 1975, assumisse o socialismo como sistema político, económico e social, para a construção do seu projecto de governação apoiando-se no marxismo-leninismo como ideologia basilar do partido.

Assim, a educação passou a ser prioridade para o novo governo, o qual destinou à mesma consideráveis investimentos, para a erradicação dos níveis de iliteracia que prevaleciam no seio dos angolanos, abolindo as políticas educativas discriminatórias e excludentes emanadas do regime colonial.

Segundo o relatório do PNUD (2002, p. 26, cit. in Liberato, 2015, p. 1018), “em consequência dessa política educativa seletiva, Angola chegou à independência com uma taxa de analfabetismo na ordem dos 85%, uma das mais elevadas do mundo”.

A primeira alteração registada prende-se com a aprovação da lei nº 4/75, de 9 de dezembro de 1975, que nacionaliza o sistema de educação e ensino e cria a dos Subsistemas de Ensino Geral e de Formação Técnica e Profissional, assumindo o estado a responsabilidade de oferecer educação a todos os angolanos.

Em 1977, o país adopta um novo sistema de ensino caracterizado, em linhas gerais, por oferecer maiores oportunidades no acesso à educação e a continuidade dos estudos. Ou seja, em correspondência com o sistema político operante e as necessidades do país, estipulou-se para o efeito o cumprimento de três princípios básicos:

a) Gratuitidade - A isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e a aquisição de material escolar no Subsistema de ensino geral;

b) Obrigatoriedade - O ensino primário é obrigatório para todos os indivíduos que frequentem o subsistema do ensino geral;

c) Laicidade - o sistema de educação é laico pela sua independência de qualquer religião.

Esse sistema foi implementado em 1978.

De acordo com a Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (EIMSE) (2001), o Sistema de Educação adoptou a seguinte estrutura de ensino:

- a) Ensino Geral de Base de 8 Classes, estruturado em 3 níveis, o primeiro dos quais de 4 classes (obrigatório) e cada um dos dois com duas classes, que se deveriam tornar igualmente obrigatórias à medida que as condições o permitissem;
- b) Ensino Pré-Universitário, inicialmente concebido como o “módulo de transição” entre a fase terminal do Ensino Secundário do sistema colonial e a do novo sistema, para acesso ao Ensino Superior. Estruturado em 4 semestres lectivos evoluiu, em 1986, para 6 semestres lectivos;
- c) Ensino Médio, com a duração de 4 anos e dois ramos fundamentais: o Técnico e o Normal o primeiro destinado à formação de técnicos intermédios para o sector produtivo e o segundo destinado à formação de professores para o Ensino de Base;
- d) Ensino Superior, estruturado em Faculdades com a duração de 5/6 anos, prevendo-se a existência de dois níveis de formação, solução implementada apenas a nível do Instituto Superior de Ciências da Educação. Esta é a “organização vertical” do Sistema.

Horizontalmente, o Sistema de Educação organiza-se em Subsistemas: o do Ensino de Base, com duas estruturas de formação (Regular e de Adultos); o do Ensino Técnico-Profissional, que compreendia o Ensino Médio Técnico e a Formação Profissional; e o Subsistema do Ensino Superior (ibidem).

Particular importância foi dada no desenvolvimento do Sistema Educativo à estrutura de Formação de Professores e ao Ensino de Adultos, que evoluíram para Subsistemas de Ensino.

Por conseguinte, devido à instabilidade político-militar que se verificava no país, o Subsistema de Ensino Geral de Base começou a enfrentar sérios problemas, decorrentes do próprio conflito armado em que o país esteve mergulhado. Assim, várias infraestruturas escolares acabaram sendo destruídas, além da fuga massiva do corpo docente do sector de educação em busca de melhores oportunidades de emprego.

Segundo Santo (2002), “a insuficiente rede escolar para as necessidades educativas fundamentais; turmas com elevada concentração de crianças e a fraca qualidade dos docentes em todos os níveis e modalidades de ensino; insuficiente número de docentes, particularmente no meio rural” (p. 2), são apenas alguns dos muitos constrangimentos que até os dias de hoje ainda enfrenta o sector de educação, em Angola.

Para enfrentar essa crise conjuntural, mas com particular efeito no sector de educação e recorrendo aos meios existentes, o Governo teve de tomar algumas medidas. Deu-se a

redução do tempo de permanência do aluno na escola, sendo que os horários eram divididos em três turnos (manhã, tarde e noite), dando assim oportunidade para que todos fizessem parte do processo.

E como disse Mazula (1995, p. 169, cit. in Liberato, 2015), “entre uma qualidade que justificava o carácter selectivo e discriminatório do ensino colonial e a quantidade que garante a todos os cidadãos oportunidades iguais de acesso à escola, as populações optam pela última. Preferem ter alunos recebendo aulas ao ar livre à sombra de uma árvore, sentados no chão ou albergados num alpendre abandonado, a ter poucos alunos seleccionados em salas de aula convencionais tecnologicamente bem equipadas” (p. 1021-1022).

Contudo, essa avalanche escolar apresentou também o seu lado negativo. Se, por um lado, gerir instituições escolares sobrelotadas de alunos era uma tarefa árdua desde o ponto de vista das condições de trabalho e do processo de ensino-aprendizagem em si; por outro lado, observou-se um processo de desgaste acelerado no ambiente físico das instituições escolares, acabando muitas delas por encerrarem as suas instalações em pouco tempo.

A celebração dos acordos de bicesse entre o MPLA e a UNITA, a 31 de maio de 1991, e a consequente revisão da Constituição da República, assentaram as bases da mudança para um novo sistema político que passou a vigorar no país: a democracia.

Com a realização das eleições a 29 e 30 de setembro de 1992, para a escolha do Presidente da República e dos Deputados à Assembleia Nacional, esperava-se o estabelecimento de uma paz duradoura; porém, o sonho desvaneceu-se segundo Zau (2009), “com o regresso à guerra, após o Líder da UNITA, o Dr. Jonas Savimbi, recusar perentoriamente os resultados eleitorais, apesar das Nações Unidas terem reconhecido as eleições como livres e justas” (p. 210).

A guerra pós-eleitoral em 1992, como se não bastasse, veio agravar ainda mais a situação com a destruição massiva de infra-estruturas, a movimentação de grandes massas de população em busca de segurança, o aumento da pobreza além de todas as consequências psicológicas e traumáticas que envolveram o conflito angolano. Assim, os maiores constrangimentos do ensino geral tornam-se o acesso e a qualidade.

Dos alunos que iniciam o ensino primário, segundo Santo (2002), apenas cerca de 40% conclui a 4ª classe; a capacidade de absorção de alunos no sistema é manifestamente insuficiente; as taxas de promoção raramente ultrapassam os 50% e, por sexos, verifica-se que em cada 100 alunos, 54 são rapazes e 46 raparigas. Estas disparidades são observadas com maior preocupação nas áreas rurais.

Foi neste cenário que o Governo, a partir do Fórum Mundial de Educação realizado em Dakar, Senegal, de 26 a 28 abril 2000, reafirmando o princípio enunciado na Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Jomtien,1990), aprovou em setembro de 2001 a Estratégia integrada para a Melhoria do Sistema de Educação até 2015 (EIMSE, 2001) e, conseqüentemente, deu-se a aprovação da nova lei de bases do Sistema de Educação, (lei n.º 13/2001).

Segundo Cabral (2010), “com a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei n.º 13/01 de 31 de dezembro, o país passou a viver uma etapa de transição do Antigo Modelo de Sistema de Educação implementado a partir de 1978, para o Novo Modelo de Sistema de Educação” (p. 4).

A partir da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro), foi definida uma nova estrutura e níveis de ensino do Sistema Educativo, configurado em 6 Subsistemas: Educação Pré-Escolar; Ensino Geral; Ensino Técnico Profissional; Formação de Professores; Educação de Adultos; e o Ensino Superior.

Destacam-se destes 3 níveis: Ensino Primário-Obrigatório, gratuito e unificado de 6 classes; Ensino Secundário, repartido em dois Ciclos, o I Ciclo do Ensino Secundário, e o II Ciclo do Ensino Secundário; e o Ensino Superior (Em Processo de Reforma).

Na verdade, o processo de Reforma Educativa em vigor no país é a confluência de dois modelos de Sistemas de Educação: o antigo implementado em 1978 e o novo que foi implementado a partir de 2002, de forma faseada. Este tem como objectivos gerais: a) a expansão da Rede Escolar; b) a melhoria da Qualidade de Ensino; c) o reforço da eficácia do Sistema de Educação; d) a equidade do Sistema de Educação.

Porém, algumas conclusões de estudos qualitativos (e.g., Menezes, 2010; Michingi, 2013), realizados à luz da Reforma Educativa em Angola, apontam para a existência de algumas assimetrias no que respeita à falta de formação contínua de professores, à falta de qualidade dos materiais didácticos, à falta de articulação entre a estrutura central e a escola, assim como a carência de escolas, para citar alguns exemplos.

Pese embora a generalização dos resultados seja uma das limitações deste tipo de estudos, eles devem servir para analisar e repensar as políticas, se pretendemos olhar para o futuro das novas gerações.

Em suma, a política nacional de educação é caracterizada de forma geral por avanços e retrocessos, na medida em que desde o limiar da independência o Governo tratou de promover o desenvolvimento humano e educacional, com base numa educação e

aprendizagem ao longo da vida para todos os angolanos, através da aprovação das diferentes reformas.

Contudo, houve sempre entraves na implementação prática das mesmas, quer devido à irrupção do conflito armado dentro do país, quer por constrangimentos de ordem conjuntural e estrutural.

Assim sendo, é nossa intenção no ponto 2.4 olhar para a problemática da igualdade entre homens e mulheres no país, desde o ponto de vista do contexto do sistema educativo, a partir dos diferentes compromissos políticos, económicos e sociais que o Governo tem assumido, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

#### **2.4 Contexto da política educativa sobre o género.**

Se as políticas educativas, como fizemos referência anteriormente, têm encontrado resistência na sua implementação prática, com as políticas sobre igualdade entre os sexos não é diferente.

A situação da mulher angolana, desde o ponto de vista das marcas deixadas pelo conflito armado, colocam-na numa situação de desvantagem em termos de acesso a serviços básicos como saúde, educação e outros recursos essenciais para a dignidade humana.

Este conflito que envolveu o confronto directo entre dois dos principais movimentos nacionalistas (MPLA e UNITA), respectivamente, pela disputa do poder político, além da ingerência de países estrangeiros, obrigou o país após o término do conflito armado a lidar com duas situações: a reconstrução do país, que passa necessariamente pela reconstrução de infraestruturas básicas como escolas, hospitais, estradas entre outros; e a desmobilização e reintegração social dos ex-militares de ambos os lados.

Segundo Liberato (2016), “a guerra civil foi o maior desafio que as mulheres angolanas enfrentaram no período pós-independência. A partida dos homens para o cumprimento do serviço militar obrigatório, fez com que assumissem a responsabilidade pela segurança e subsistência das suas famílias” (p. 1001).

A instabilidade económica que o país enfrentou, gerada pelo conflito armado, obrigou não só a que as mulheres com pouca ou nenhuma escolarização fossem relegadas ao sector informal rural e urbano da economia, como também acrescentou às mesmas, responsabilidades adicionais, com outros encargos sociais.

Apesar do cenário apresentado, o Governo de Angola tem envidado esforços desde o limiar da independência para a promoção do princípio da igualdade entre homens e mulheres

e para a proibição de qualquer tipo de discriminação com base no sexo, conforme está consagrados na Constituição da República.

Assim, num esforço para diminuir as assimetrias das populações no acesso à educação nos diversos Subsistemas de Ensino, no Fórum Mundial de Educação (Dakar, 2000) reafirmou-se o princípio de garantir esse mesmo direito a todas as pessoas. Com efeito, defendeu-se que crianças, jovens e adultos tinham direito a uma formação que respondesse às suas necessidades educativas fundamentais.

Com base nas recomendações da Declaração de Dakar foi elaborado o Plano de Acção Nacional de Educação para Todos em Angola (PAN-EPT), para o período 2001-2015, prevendo para o efeito um conjunto de estratégias a serem adoptadas por fases. A saber: a fase de emergência (2003-2006); a fase de estabilização (2007-2011), e a fase de desenvolvimento (2012-2015).

Este documento foi elaborado com a finalidade de dar a conhecer, a partir de um levantamento faseado, o estado real do Sistema de Educação, assim como os Subsistemas, níveis e modalidades que o estruturam, dando assim resposta aos compromissos assumidos pelo Governo, a nível internacional (e.g., o Quadro de Acção do Fórum Mundial de Educação Para Todos).

É de referir ainda que de acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro) constituem modalidades de ensino a Educação Especial e a Educação Extra-Escolar.

Para o efeito, criou-se uma Comissão Nacional para dar cumprimento aos objectivos de Dakar, entre os quais podemos destacar a universalização da educação básica até 2015 (sobretudo das raparigas), a redução para 50% das taxas de analfabetismo (com particular atenção às mulheres) e os cuidados à primeira infância, principalmente às crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.

Outros temas transversais como o Programa de Informação sobre o HIV/SIDA e a igualdade entre os sexos também mereceram a atenção no âmbito das prioridades definidas pelo Governo.

De acordo Santo (2002), era fundamental para tal analisar o estado da escolarização das raparigas em dois aspectos, a saber:

*a) Acesso* – Atendendo ao princípio da obrigatoriedade do sistema de educação, à partida as possibilidades de acesso tanto para rapazes como raparigas no nível primário são iguais. Contudo, pelo facto de as infraestruturas escolares terem sido destruídas durante o conflito

armado e conseqüente redução da capacidade de oferta educativa, o sistema recebe as crianças em função das vagas disponíveis.

Daí que, mesmo tratando-se do ensino primário, que constitui a “porta de entrada” para os restantes níveis e Subsistemas, observa-se alguma desvantagem das raparigas em relação aos rapazes, o que se reflecte negativamente no número de raparigas que transita de um nível ou Subsistema para outro, acarretando despesas suplementares para o próprio Governo.

*b) Retenção* - A permanência das raparigas dentro do sistema de ensino sempre foi vista como um problema muito complexo, na medida em que a sua ausência justifica-se por razões culturais, económicas etc.

Logo, se por um lado, o índice de raparigas matriculadas é mais reduzido face aos rapazes, por outro, as poucas que frequentam não conseguem permanecer dentro do sistema, situação esta que se vai agudizando à medida em que passamos para os níveis subsequentes. Ou seja, existem menos raparigas a frequentar o nível secundário em relação ao nível primário, e assim sucessivamente.

Por conseguinte, as disparidades não são observadas apenas no Ensino Geral, mas também na assistência às aulas de alfabetização pois tem-se constatado maior adesão de mulheres e raparigas em relação aos homens e rapazes, demonstrando o abandono precoce da escola por parte delas ou então o facto de nunca a terem frequentado.

Além disso, a dificuldade no acesso às zonas longínquas, e sobretudo dos grupos mais vulneráveis, assim como o défice de professores existentes no sistema para fazer face à procura, também são aspectos que têm contribuído para as desigualdades.

A distribuição de raparigas no Subsistema de Ensino Técnico-Profissional mostra-nos também que os cursos ligados às áreas sociais congregam maior número de raparigas, em relação aos cursos ligados à área das Ciências e Tecnologias.

Ainda no que diz respeito à docência, dados estatísticos divulgados em 1999 apontavam para um número reduzido de professoras em relação aos professores, dentro do quadro docente das escolas, a ministrarem aulas e essas diferenças faziam sentir-se mais à medida que os níveis de ensino aumentavam.

Esta análise sobre o acesso e permanência sobretudo das raparigas e mulheres nas instituições escolares serviu de base para a aprovação, em 1999, pelo Ministério de Educação e Cultura, do Programa Indicativo Nacional de Género no Contexto do Sistema Educativo, para o quinquénio 2001 a 2005, tendo como objectivo a redução das desigualdades entre homens e mulheres no sector de educação.

Contudo, o Ministério de Educação, como órgão coordenador da política educativa nacional e em parceria com a UNICEF, decidiu em 2011 realizar uma avaliação sobre a implementação do PAN-EPT 2001-2015, na qual foram identificados vários constrangimentos na execução das acções delineadas pelo sector, entre os quais destacamos:

- a) a deficiente qualidade dos professores; a falta de equipamentos de ensino;
- b) as debilidades no acompanhamento e controle da acção educativa (inspecção escolar e supervisão pedagógica); a insuficiência de meios financeiros, de transporte e de outros recursos;
- c) a ausência de mecanismos de controlo social e de transparência que permitiriam a monitorização e acompanhamento dos planos, programas e as actividades educativas.

Com base nesta avaliação, o Ministério de Educação decidiu reestruturar o PAN-EPT passando desta feita a abranger o horizonte temporal de 2013 a 2020.

Assim, é nossa intenção no ponto 2.5 apresentarmos as instituições governamentais que se têm encarregado de elaborar as políticas de promoção de igualdade entre homens e mulheres, com que parcerias contam, assim como os constrangimentos ou dificuldades encontradas na implementação das referidas políticas.

## **2.5 Instituições e Políticas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres**

A aprovação do Programa Indicativo Nacional de Género no Contexto do Sistema Educativo constitui, sem dúvida um marco importante para as políticas de igualdade entre homens e mulheres, tendo em atenção que pela primeira vez se reconhece a importância da participação das mulheres dentro do sistema educativo, como uma necessidade imperiosa, para o desenvolvimento do país.

As questões de género passavam a ser assim incluídas nos planos de acção, programas e projectos educativos delineados pelo Ministério de tutela.

Também se destaca assim o reconhecimento institucional da importância da inclusão social da mulher, do papel da escola como fonte de socialização por excelência, na promoção da igualdade de oportunidades, sendo o respeito pelas liberdades individuais um elemento essencial na construção de uma sociedade inclusiva.

Os princípios de igualdade de género e de não discriminação das mulheres estão consagrados na Constituição da República (aprovada em 2010), no seu artigo 1.º, onde se lê que “Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa



humana e na vontade do povo angolano, que tem como objectivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social”.

Em Angola, a existência de estruturas específicas que abordassem as questões relacionadas com a promoção da igualdade de género é anterior à independência. Durante as guerras de resistência anticolonial foi criada a Organização da Mulher Angolana (OMA)<sup>8</sup>, em 1962, para promover o papel da mulher e dar suporte à campanha do MPLA, como movimento nacionalista.

A OMA, além de realizar todo o tipo de actividades como o envio de roupas e mantimentos para as bases, redigir relatórios, auscultar as reclamações das populações, fazer distribuição de boletins etc., também servia de elo de ligação com mulheres que pertenciam a outras organizações em diversos países envolvidos directa ou indirectamente nas lutas anticoloniais.

Assim, desde a data da proclamação da independência, a 11 de novembro de 1975, até 1991, o órgão a nível nacional encarregue da promoção da igualdade entre homens e mulheres, assim como da emancipação da mulher, era a OMA.

A partir de 1991, altura da transição do sistema político de monopartidarismo para o multipartidarismo, a OMA passou a assumir um estatuto mais político-partidário do MPLA, delegando essa responsabilidade governamental para a Secretaria de Estado para a Promoção e o Desenvolvimento da Mulher (SEPDM), que nesse mesmo ano evoluiu para o Ministério para os Assuntos da Mulher.

De facto, só a partir de 1997 esta instituição foi promovida a Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), com uma estrutura provincial descentralizada em todas as províncias, por meio da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher (DIFAMU).

Segundo Afonso e Caetano (2015), “embora presente em todas as províncias por meio da DIFAMU, os recursos humanos e financeiros descentralizados são limitados, sendo pouca ou nenhuma a independência da agenda de trabalhos das DIFAMU em relação ao MINFAMU, actuando como implementadoras dos programas definidos por Luanda” (pp. 18-19).

---

<sup>8</sup> OMA – é uma organização político-partidária do MPLA responsável pela organização das mulheres no partido. Foi criada durante a luta armada anticolonial (1962), com o objectivo de promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista. Disponível em: <http://www.mpla.ao/oma.25.html> (consultado a 20 de maio de 2017).

Ainda segundo os mesmos autores, actuam principalmente na resolução dos casos de violência doméstica, por meio da promoção de sessões de aconselhamento e quando necessário através do encaminhamento jurídico dos processos.

O MINFAMU, como órgão encarregue de coordenar a política nacional de género, garantir e salvaguardar os direitos da mulher, assim como a sua integração nas esferas social, económica, profissional e científica, através dos órgãos de concertação social, nomeou pontos focais em outros ministérios, como suporte para a promoção da igualdade de género em todos os Ministérios governamentais.

Porém, esta abrangência nas linhas de acção dentro das políticas do Ministério de tutela, tornaram-se mais fortalecidas com a criação de um quadro jurídico-legal que enquadrasse as bases da política do Governo.

Com efeito, a partir do Fórum de Beijing (1995) e sob tutela do MINFAMU, adoptou-se a Estratégia Nacional para a Promoção da Igualdade de Género, no período 2001-2005, tendo como objectivo principal estimular a participação da mulher nas esferas social, política e económica, a nível nacional, além de criar um banco de dados desagregado por sexo como parte do esforço de fortalecer o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Assim sendo, o Ministério tem trabalhado em centros para o apoio às vítimas de violência doméstica e possui programas direccionados para os homens, que invariavelmente manifestam esse tipo de comportamentos.

Também se tem destacado positivamente no fomento do diálogo institucional, com outras organizações da sociedade civil nos momentos prévios à elaboração das políticas, ainda que se reconheça a necessidade de melhorias dos canais de informação entre o ministério de tutela e outras organizações menores o que, por vezes, só acontece na véspera da participação em eventos.

Nesta ordem de ideias, no âmbito do Programa de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural, criou-se uma rede de serviços de promoção da mulher, que visa o encorajamento à tomada de decisões, a gestão e preservação dos recursos naturais e o acesso ao mercado de trabalho e à terra.

É de ressaltar que, no caso particular do acesso à terra, urge a necessidade de se regularizar a sua posse, por constituir um dos principais factores que aumentam a vulnerabilidade da mulher em relação aos homens no sector da agricultura, por razões de discriminação baseadas no direito tradicional.

Embora já referenciado anteriormente, destacamos de igual modo o programa Educação para Todos que atribui prioridade às políticas de acesso e permanência das

raparigas e mulheres no sistema de educação, com vista a reduzir a elevada taxa de analfabetismo feminino que ainda se verifica no seio da sociedade.

A este propósito, Afonso e Caetano (2015), referem que no discurso de abertura do Fórum Nacional de Auscultação da Mulher Rural (2014), o Presidente da República destacou a necessidade de desenvolvimento de programas específicos para a mulher rural. Tal acontecimento serviu não só para a validação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural 2015-2017, como também serviu de base para o Fórum Nacional de Auscultação da Mulher Rural.

Por conseguinte, o Ministério de tutela, além das acções que desenvolve conjuntamente com as estruturas provinciais, para a promoção da igualdade de género, também tem desenvolvido acções em parceria com organizações internacionais, como a Cooperação Espanhola, que tem centralizado as suas acções nas áreas da boa governação e democracia, desenvolvimento rural e luta contra a fome.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através de apoios financeiros às organizações da sociedade civil que trabalham em áreas temáticas do género, tem sido fundamental.

A União Europeia que tem incentivado o diálogo entre o Parlamento e as autoridades locais, além do financiamento de uma acção de formação para as mulheres parlamentares sobre o orçamento com base no género, etc.

Também tem parcerias estabelecidas com organizações da sociedade civil, nomeadamente a Organização da Mulher Angolana (OMA), Liga da Mulher Angolana (LIMA), Comité das Mulheres Sindicalizadas (CNMS – UNTA), Rede Angolana de Mulheres Vivendo com o VIH (Rede Mwenho), Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género (FMJ), Rede Mulher, etc.

Apesar do forte empenho, por parte do MINFAMU, na tomada de iniciativas que promovem a igualdade entre homens e mulheres através da sensibilização, chamando para o efeito a atenção dos decisores políticos e da sociedade civil em geral, os programas apresentam na prática dificuldades na sua implementação.

Segundo Van Klaveren e colegas (2009, cit. in UNCTAD, 2013), faltam ao MINFAMU o órgão especializado e os recursos necessários, de modo a integrar as questões de género nas diferentes políticas existentes. Ainda segundo o mesmo relatório, não houve particularmente qualquer análise ou debate nacional sobre o que significa clarificar questões económicas.

Refere ainda o relatório que a igualdade entre os sexos tem estado presente nos discursos em Angola, mas outros desafios importantes atraíram com mais vigor os decisores políticos.

Afonso e Caetano (2015) vão no mesmo sentido, ao afirmar que o Ministério enfrenta dificuldades tanto em termos de recursos humanos, como orçamentais. O seu quadro de funcionários é limitado e estes necessitam de acesso a acções de formação contínua na área das temáticas relacionadas com a promoção da igualdade de género.

Em suma, apesar do MINFAMU ter vindo a desenvolver acções para a integração sobretudo das mulheres nos diferentes contextos de actuação no país, tanto através de parcerias com organizações da sociedade civil, como com entidades internacionais, as referidas acções têm resultado um tanto ou quanto insuficientes, dada a extensão da problemática, a carência de quadros e a baixa dotação orçamental alocada ao Ministério de tutela para fazer face às questões da igualdade de género.

Além disso, a falta de autonomia por parte das restantes estruturas (provincial e municipal) em relação à estrutura central, na elaboração e execução de acções em função das particularidades de cada região, assim como os canais de circulação da informação a diferentes níveis, têm enviesado a execução dos programas a nível do território nacional.

Assim, a deficiente actuação do MINFAMU e das estruturas provinciais fazem com que as desigualdades existentes entre homens e mulheres aumentem, particularmente nas áreas rurais, onde o acesso da população aos serviços públicos é limitado.

As crenças tradicionais que regulam a vida das pessoas nas comunidades, sobretudo em questões relacionadas com a posse de terra ou heranças, estão assentes em práticas, as quais discriminam tipicamente a mulher, como ilustraremos no ponto 2.5.1 deste trabalho de investigação.

### **2.5.1. Práticas do direito consuetudinário e outros obstáculos socioculturais à igualdade entre homens e mulheres em Angola.**

A discriminação da qual a mulher é alvo, também está espelhada de forma explícita nas práticas do direito consuetudinário<sup>9</sup>. Isto é, todos assuntos referentes à família, ao acesso das mulheres à terra, são abordados basicamente segundo normas tradicionais que sistematicamente exclui entre outros, a mulher do exercício dos seus direitos de cidadania.

---

<sup>9</sup> Direito consuetudinário - são as normas não escritas que têm origem nos usos e costumes tradicionais de um povo (FAO, 2012, p. 25).

Assim, as regras impostas tradicionalmente não só condicionam o acesso da mulher a serviços básicos, como a educação e a saúde, como também limitam o tipo de emprego e o acesso ao mercado de trabalho. Também tem influência na defesa dos seus direitos individuais *de jure*. Alguns estudos (e.g., BAD, 2008 cit. in UNCTAD, 2013) referem que as mulheres em Angola dispõem de pouca protecção *de facto* no que respeita a assuntos como a violência, o divórcio, a herança etc.

Em Angola, a poligamia é proibida, embora seja praticada, logo o índice de casamentos poligâmicos aumentou, em detrimento do índice de pessoas que perderam a vida durante o conflito armado que destruiu o país.

Neste caso, as mulheres casadas em regime de poligamia acabam estando em desvantagem, já que segundo o direito consuetudinário, o homem é responsável apenas pela esposa e filhos com os quais partilha o mesmo lar.

Segundo as tradições sobre a posse de terra, sobretudo nas áreas rurais, as mulheres ganham o direito à mesma apenas por meio de casamento, tal como o direito de acesso aos recursos económicos estão condicionados à capacidade de reprodução da mulher e do seu estado civil.

De referir ainda que, segundo Afonso e Caetano (2015), “as mulheres, apesar de estarem em maioria nas associações rurais e cooperativas, desempenham papéis secundários: permanecem silenciosas e não estão organizadas para participar. O “gap” é maior nas províncias, se comparadas a Luanda, e nos municípios e comunas, se comparados às capitais das províncias” (p. 32).

De facto, as assimetrias são observadas também no acesso à terra devido ao excesso de procedimentos burocráticos que constantemente penalizam particularmente as mulheres pobres e com baixos nível de escolarização.

Logo, elas além de serem discriminadas, por vezes, por autoridades governamentais no acesso à terra, enfrentam problemas concernentes ao desconhecimento dos seus direitos, como a impossibilidade de recorrer à justiça, quando os seus direitos lhes são vedados.

Ainda a respeito da justiça, segundo o relatório da FAO (2005, cit. in UNCTAD, 2013), apesar de a implementação de mecanismos de assistência jurídica para pessoas desfavorecidas esteja contemplado na lei, o número limitado de tribunais existentes no país e, conseqüentemente, o grande volume de demandas e de atrasos processuais, tornam difícil apelar ao poder judiciário.

Contudo, neste processo de acesso à terra por parte das mulheres existem outras limitações que se prendem com o facto de as grandes propriedades em Angola possuírem titularidade informal, o que torna até certo ponto “normal” a transferência de terras.

Este facto ocorre, por um lado, devido ao conflito armado que destruiu o registo oficial das grandes propriedades; por outro lado, pela incapacidade da própria administração do estado, em organizar os mecanismos de controlo e fiscalização das terras, o que consequentemente tem forçado o desalojamento de famílias que assentam informalmente nestas propriedades.

Segundo Foley (2007, cit. in UNCTAD, 2013), o número desproporcional de agregados familiares chefiados por mulheres colocou-as numa situação particularmente vulnerável, pois elas são consideradas apenas como guardiãs temporárias da terra, sem qualquer direito assegurado pelas práticas consuetudinárias.

A Constituição da República, aprovada em 2010, consagra que “o Estado reconhece o estatuto, o papel e as funções das instituições do poder tradicional constituídas de acordo com o direito consuetudinário e que não contrariam a Constituição” (artigo 223.º).

Logo, a validade do direito consuetudinário e, consequentemente, o poder das autoridades locais só são aceites sempre e quando não atentem contra o direito civil, nem contra a dignidade humana.

Assim sendo, foram criados conselhos de auscultação e de concertação social, de modo a aproximar cada vez mais as políticas do Governo com os vários actores sociais, como as comunidades, as autoridades locais, as igrejas etc. Esses conselhos de auscultação têm autonomia de intervenção em caso de contradições verificadas entre o direito civil e o direito consuetudinário.

As mulheres são aconselhadas a recorrer aos referidos conselhos, podendo para o efeito impugnar decisões que sejam pouco abonatórias do ponto de vista dos direitos humanos. Também lhes é conferido o direito de assessoria jurídica com o MINFAMU, com a Ordem dos Advogados de Angola ou com a Associação de Mulheres Advogadas Angolanas.

Apesar destes recursos disponíveis, se tivermos em conta o escasso número de tribunais existentes em todo o país e a concentração dos mesmos nas áreas urbanas, a escassez de quadros qualificados que apresenta o sector e o volume de processos administrativos que são encaminhadas para essas instituições, tornam difícil prestar a ajuda necessária às mulheres.

Neste sentido, recorrer a instâncias judiciais por parte das mulheres, sobretudo, das que vivem em zonas rurais é, de facto, complicado não só em termos de recursos económicos e

financeiros, como também por tratar-se de pessoas com pouco ou nenhum grau de escolaridade e que não conhecem os seus direitos e deveres como cidadãs.

Assim, mesmo com a disponibilidade de prestação de acessoria jurídica dada pelo Governo, poucas mulheres terão acesso a este tipo de serviço, o que se torna fundamental para o verdadeiro exercício da democracia no país e, sobretudo, para a reintegração socioeconómica das mulheres.

Como referimos, a igualdade social entre homens e mulheres, apesar de ser um direito consagrado na legislação nacional, não está presente na vida quotidiana das pessoas, devido às limitações impostas no acesso a bens e serviços como a educação e a saúde, o que dificulta sobremaneira a integração dos grupos vulneráveis, em particular das mulheres, no desenvolvimento socio económico do país.

A discriminação perpetuada sobre a mulher no exercício do direito consuetudinário, com mais influência nas áreas rurais, tem determinado inclusive o tipo de actividades a exercer no mercado de trabalho informal, cenário onde actua a maior parte das mulheres, sendo muitas chefes de famílias.

Se a vida da mulher em Angola é marcada por incertezas, o conflito armado, que perdurou durante quase 30 anos, só ajudou a piorar ainda mais esse quadro de incertezas que já pairava sobre a sociedade angolana, tendo como epicentro as mulheres.

No ponto 2.5.2 deste capítulo pretendemos evidenciar que o conflito armado que deflagrou no país teve consequências para a população, não apenas desde o ponto de vista do teatro das operações militares, mas aprofundou sobretudo a desintegração social e igualmente retardou o desenvolvimento de toda a economia.

Os traumas ou sequelas deste flagelo permanecem até hoje numa sociedade onde o sector informal da economia cresceu a passos galopantes, ao mesmo tempo que a pobreza e exclusão social aumentavam.

Neste quadro degradante de crise social, aos grupos sociais mais vulneráveis, particularmente às mulheres, dificilmente lhes é reconhecido o seu papel. Os seus direitos como pessoas individuais e colectivas, capazes de contribuir activamente para o progresso de uma sociedade têm-lhes sido negados.

### **2.5.2. Os efeitos do conflito em Angola numa perspectiva de género.**

Como aludimos, a igualdade é um direito constitucional de todos os angolanos, como o são a justiça e a paz social. No caso particular da paz, esta tornou-se “realidade” após o entendimento das partes beligerantes. Assim sendo, o conflito armado entre o Governo de

Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) chegou ao fim com a assinatura do Memorando da Paz (2002).

O conflito armado teve uma incidência no futuro de muitos adolescentes a curto, médio e longo prazo, ao serem forçados a abandonarem precocemente a escola, para ingressarem nas forças armadas como soldados, e no caso das mulheres ou raparigas, isto não foi excepção.

Embora não existam dados oficiais sobre o número de mulheres e raparigas que estiveram envolvidas directamente no conflito armado, quer do lado do Governo, quer do lado da UNITA, sabe-se que as mesmas realizavam todo o tipo de actividades (e.g., transporte de informações, espionagem, cuidado de serviços de saúde, etc.), nas áreas a que estavam confinadas.

De acordo o relatório da *Human Rights Watch* (2003, p. 5 cit. in Ngulube, 2006), “as raparigas ou adolescentes serviam na UNITA como criadas e serviçais, ajudantes e esposas para os soldados. Também eram forçadas a servir de “mulheres de conforto” a convidados da UNITA em visita às áreas que estavam sobre o seu controlo” (pp. 45-46).

O conflito armado provocou deslocações populacionais em grande escala, sobretudo de muitas mulheres que fugiram dos seus locais de residência, nas zonas rurais, para os centros urbanos, em busca de segurança, onde eram reassentadas temporariamente em campos ou centros de trânsito, o que consecutivamente obrigou a que os deslocados de guerra internos vivessem em condições precárias.

Segundo a UNCTAD (2013), dois terços das pessoas deslocadas, de um total de quatro milhões, eram mulheres e crianças. Naturalmente, essas estatísticas fazem referência aos deslocados internos sem contar com os deslocados externos, refugiados nos países limítrofes, como a República da Zâmbia, Namíbia e República Democrática do Congo, ou que haviam emigrado para outros países do mundo.

Por conseguinte, com o término das hostilidades muitas mulheres recusaram-se a voltar para as suas zonas de origem em segurança, pois a grande maioria integrada nas comunidades urbanas e periurbanas hospedeiras, optou por permanecer, já que, o regresso às zonas de origem implicaria voltar a reviver o trauma causado pela própria guerra, situação que a todo custo as pessoas que estiveram no epicentro desta tragédia tratavam de esquecer.

De facto, o trauma da guerra também é extensivo aos rapazes ex soldados que enfrentam dificuldades para se reintegrarem socialmente e que são discriminados ou até mesmo marginalizados, por não possuírem ferramentas suficientes, como o nível de



escolarização ou a formação em áreas técnicas que os tornem capazes de se inserirem no mercado de trabalho.

O conflito armado teve também a sua incidência sobre a família, já que muitos homens ao partirem para a frente de combate, perderam a vida. Outros constituíram novos agregados familiares. Tudo isto contribuiu para o aumento do número de viúvas, de casamentos poligâmicos e de agregados familiares chefiados por mulheres e, por sua vez, para o aumento do nível de pobreza. No entanto, o conflito armado também foi responsável em certa medida pela inserção da mulher no mercado de trabalho.

Segundo a UNCTAD (2013), “a maior quantidade de trabalhadoras actua na agricultura e no sector informal urbano e são essas esferas as principais responsáveis pela absorção da mão de obra feminina. O número absoluto de mulheres trabalhando em outros sectores é muito reduzido” (pp. 37-38).

O programa de desarmamento dos ex militares, coordenado pelo Governo, se por um lado tinha como objectivos colmatar as necessidades de homens e mulheres, mediante a atribuição de condições que permitissem melhor reintegração social; por outro, segundo o relatório do Banco Mundial (2005, cit. in UNCTAD, 2013), o referido processo apoiou apenas o 20% das mulheres associadas às forças de combate, inclusive viúvas de ex-militares da UNITA.

Apesar das políticas de reintegração social de homens e mulheres, emanadas pelo governo após o termino do conflito armado, verifica-se que as desigualdades sociais entre os grupos mais vulneráveis continuam latentes no seio da população, o que de certa forma nos mostra que as referidas políticas não foram suficientemente eficazes, colocando assim, um desafio maior aos decisores políticos.

Se queremos ter no futuro uma sociedade onde as mulheres sejam inseridas socialmente e gozem dos direitos que a lei lhes conferiu há que fazer mudanças.

Na realidade, a situação agrava-se muito mais, se olharmos para o interior do país, particularmente nas áreas rurais onde as populações não têm acesso aos serviços básicos como educação e saúde, onde há carência de infraestruturas escolares, o que torna o dia-à-dia das populações muito difícil.

E, se a isto somarmos a questão dos valores tradicionais presentes nas comunidades, que marginalizam cada vez mais a mulher, urge que sejam tomadas medidas a nível do Governo, para que essas populações possam viver com dignidade.

Perante o cenário descrito, para o ponto 2.5.3 cabe-nos apenas perguntar: que desafios relativos à igualdade entre homens e mulheres têm pela frente os angolanos?

### **2.5.3. Principais desafios para a promoção da igualdade entre homens e mulheres em Angola.**

Como se disse atrás, o envolvimento das mulheres no teatro das operações militares foi realizado aos vários níveis, quer em actividades de suporte, como apoio logístico, quer na própria frente de combate lado a lado com os homens. A instabilidade económica que se gerou após o conflito armado influenciou completamente o papel da mulher dentro do contexto familiar e social.

Na implementação de programas quer de privatização, quer de liberalização da economia, não foram tidas em conta as camadas mais vulneráveis da população, particularmente as mulheres.

Segundo Liberato (2016), “apesar da liberalização, a descentralização ainda é muito tímida, sendo que a presença e o peso do Estado em todos os sectores se mantém” (p. 1002). Ainda segundo a mesma autora, a maioria da população desconhece os seus direitos e a sociedade civil é muito incipiente, sem espaço de atuação e afirmação.

Assim, não tem havido correspondência entre o discurso político e as verbas alocadas aos programas delineados pelo Governo em relação às camadas sociais mais vulneráveis.

Contrariamente às mulheres, os homens têm mais acesso à formação contínua, à habitação e à terra. Contudo, no novo Governo empossado após as eleições gerais em 2012, as mulheres como Ministras representavam 23% do total de pessoas eleitas, o que é um número elevado face à média mundial de mulheres que assumem cargos Ministeriais, que era em 2016 de 16,7%.

Segundo a UNCTAD (2013), os 23% de Angola são um bom resultado em termos de participação política feminina no país. Contudo, essa representatividade de mulheres na assunção de cargos governamentais não representa a maioria das mulheres que, para sobreviverem, ganham o seu sustento familiar desempenhando actividades no sector informal da economia.

É de referir ainda que, na óptica de Liberato (2016), Angola apresenta índices elevados de corrupção, condição esta que dificulta o desenvolvimento de qualquer projecto e que afasta todo e qualquer potencial investidor nacional ou estrangeiro.

A cobertura dos serviços de saúde de forma geral é limitada, já que os mesmos são oferecidos basicamente nas capitais de províncias, o que limita o acompanhamento de doentes que vivem nos municípios e comunas.

Isto tem implicações na saúde da própria mulher, por recair sobre os seus ombros a responsabilidade do cuidado dos doentes na família, o que torna a sua capacidade de actuação social e económica consideravelmente reduzida.

Um outro problema preocupante, na área dos cuidados de saúde, é o elevado índice de gravidezes precoces na adolescência, o que impede a continuação dos estudos por parte das raparigas nos Subsistemas de ensino mais avançados mostrando, por um lado, a fragilidade dos programas de educação sexual e reprodutiva e, por outro, a falta de informação ou conhecimento sobre a temática dos métodos anticoncepcionais por parte dos e das adolescentes.

A aprovação da Lei de combate à violência doméstica constituiu um marco importante dentro do contexto das políticas de promoção da igualdade de género, uma vez que se tem verificado aumento do número de casos de violência doméstica que vem registando o país.

Contudo, a falta de estruturas de suporte a esta lei, como tribunais, advogados disponíveis, casas de abrigo, assim como uma maior divulgação da legislação sobretudo em línguas nacionais a nível provincial, municipal e comunal, tem dificultado a sua aplicação prática.

Ainda dentro deste quadro, é de referir também o aumento de casos de idosos, mulheres e crianças, que são espancadas ou até mesmo abandonadas pelas próprias famílias, acusadas de práticas de feitiçaria. Estas muitas das vezes são acolhidas por instituições sobretudo religiosas quando não sucede o pior (morte).

A falta de estruturas de suporte, que permitam à mulher conciliar entre o trabalho doméstico (não remunerado) e o trabalho fora de casa (remunerado), tendo em vista que na sociedade angolana, em geral, as responsabilidades domésticas são assumidas pelas mulheres, acarreta dificuldades acrescidas no acesso à educação.

Por esse motivo, não deixam de merecer a nossa atenção as elevadas taxas de analfabetismo ainda existentes no seio das mulheres, sendo mais graves nas áreas rurais. Sabemos que o único recurso a ser utilizado para contornar o problema é através da educação, por ser uma condição indispensável para o desenvolvimento individual dos cidadãos e, conseqüentemente para a melhoria global da qualidade de vida.

## **Conclusão**

A sociedade angolana apresenta uma diversidade cultural e étnica bastante grande e com características muito particulares. Essas características baseadas sobretudo na prevalência do poder dos homens sobre as mulheres, na restrição do papel social destas, nos

rituais de passagem dos jovens de ambos os sexos à vida adulta (razão pela qual muitas raparigas abandonam a escola por largos períodos, e por vezes, não regressam), nos casamentos precoces das raparigas, entre outros aspectos, fazem com que haja socialmente muitas assimetrias entre homens e mulheres, quanto à participação social sobretudo das raparigas e mulheres em todos os domínios da vida.

Daí que, uma aposta séria para contrariar estas situações de grave desigualdade seja precisamente o acesso à educação formal.

A educação, como sabemos desenvolve-se em grande medida na escola, sob a responsabilidade de docentes, quem têm perante si a responsabilidade de formação das gerações mais jovens.

De entre os valores a ensinar destaca-se a igualdade entre homens e mulheres, que está bastante esquecida em Angola e, por isso, apresenta enormes dificuldades no seu cumprimento.

Em Angola, se por um lado, a política educativa colonial era excludente para os angolanos, quanto ao acesso e permanência dentro do sistema de ensino, por outro, mesmo após a independência, o Governo não conseguiu implementar integralmente na prática as diferentes reformas aprovadas.

A irrupção do conflito armado, assim como por razões contextuais e conjunturais, como a deficiente qualidade dos professores, a falta de equipamentos de ensino, as debilidades no acompanhamento e controle da acção educativa da inspecção escolar e supervisão pedagógica, respectivamente, a insuficiência de meios financeiros, de transporte e de outros recursos, constituem pontos de estrangulamento para as políticas do executivo.

Apesar da igualdade entre homens e mulheres, ou entre os sexos, ser um princípio constitucional, paralelamente a outros compromissos nacionais assumidos pelo Governo, os dados revelam que as desigualdades entre homens e mulheres ainda constituem uma realidade no país, e constituem um entrave ao desenvolvimento.

Por conseguinte, serão possivelmente necessárias ações positivas adicionais para que as mulheres possam vir a tirar total proveito dessa disposição e assim superar as barreiras administrativas e sociais que impedem o pleno gozo dos seus direitos.

Assim, por um lado, obstáculos como o desconhecimento dos seus próprios direitos e deveres como pessoas activas de uma sociedade, da qual são parte integrante, e por outro, o peso das crenças tradicionais que pairam sobre a sociedade angolana, fazem com que as mesmas sejam excluídas a diversos níveis.

O Ministério da Família e Promoção da Mulher tem envidado esforços na implementação dos programas sobre igualdade entre homens e mulheres, mas não consegue estender as suas acções a todas as localidades e zonas do país, por falta de recursos financeiros, escassez de quadros qualificados e por falta de articulação entre a estrutura central e as congéneres provinciais, em termos de descentralização e desconcentração de actividades.

De igual forma, o direito consuetudinário é muito arraigado e questões relacionadas com a posse da terra ou as heranças ainda são regidas por práticas tradicionais, as quais tipicamente discriminam as mulheres.

A partir da abordagem teórica referenciada nos capítulos I e II que integram esta primeira parte da nossa tese, é nossa intenção, na segunda parte, apresentarmos os resultados do estudo empírico desenvolvido, que envolveu docentes universitários angolanos.

O objectivo do estudo foi conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações sociais entre homens e mulheres e o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereótipos.

## **Segunda parte – Estudio empírico**

## **Capítulo I – Caracterização, concepção e planeamento da investigação.**

### **Introdução**

Nos capítulos anteriores, optámos por fazer uma revisão da literatura, importante nesta fase do processo de investigação e, segundo Lima, Vieira e Oliveira (2007), “o conhecimento adquirido através da revisão de bibliografia diversa sobre o assunto permite ao investigador justificar a pertinência do problema que se propôs estudar, formular as hipóteses, desenvolver um plano de investigação, e sugerir futuras linhas de trabalho científico no mesmo domínio” (p. 54).

Assim sendo, constitui também uma etapa, fase ou período onde o investigador selecciona e processa a informação, o que lhe serve de base para a elaboração do desenho metodológico da investigação que pretende desenvolver.

Na revisão da literatura realizada nos capítulos anteriores, focalizamo-nos, de forma geral, nas questões de género e no processo de socialização na família e na escola; dedicou-se uma atenção particular à igualdade social entre homens e mulheres no contexto angolano. Sendo a sociedade angolana um mosaico cultural e étnico com características muito peculiares, baseadas sobretudo na prevalência do poder dos homens e dos anciãos, isso propicia a que haja socialmente muitas assimetrias entre homens e mulheres, quanto à participação social sobretudo das raparigas e mulheres em todos os domínios da vida.

Daí que olhamos para a educação como o único instrumento para a emancipação da mulher e, conseqüentemente, como a ferramenta fundamental para que o país trilhe com sucesso a senda do desenvolvimento. Outrossim, é importante que se trabalhe no sentido da construção de um mundo onde homens e mulheres possam viver em igualdade, sem constrangimentos a todas as suas aspirações e com garantias de oportunidades no exercício das suas aptidões.

Por conseguinte, o desenho metodológico que apresentaremos a seguir tem como objectivo geral conhecer a opinião de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações entre homens e mulheres e o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereotípias.

Tendo em atenção o anterior referenciado, é nossa intenção no ponto 1.1 justificar a escolha da temática no âmbito do Mestrado. No ponto 1.2 fazemos referência à caracterização do estudo, tendo em conta o tipo de pesquisa e os objectivos de investigação. No ponto 1.3 fazemos alusão ao tipo de metodologia a utilizar, descrevendo os participantes, os instrumentos e procedimentos utilizados para a recolha de dados.

## **1.1 Temática: justificação da mesma no âmbito do mestrado e problema científico.**

A sociedade angolana caracteriza-se por uma grande variedade e tem arreigados valores tradicionais que atribuem poder desigual a homens e a mulheres.

Além disso, o conflito armado teve também efeitos de longo prazo sobre a estrutura familiar, aumentando o número de viúvas, de casamentos poligâmicos e de agregados familiares chefiados por mulheres, e naturalmente, isso recrudesceu a pobreza no país, embora a guerra tenha estimulado a participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, sobretudo no sector informal da economia do país.

Toda essa confluência de factores sociais tem a sua incidência negativa no processo de ensino-aprendizagem que decorre dentro dos estabelecimentos escolares, particularmente, no desempenho e participação activa de toda a comunidade educativa, nas actividades escolares, quebrando por vezes o elo de ligação que deve existir entre a escola e a comunidade onde a mesma está inserida.

Neste sentido, para reverter o processo, ou seja, para tornar a escola num espaço de interacção e de inclusão social para todos os alunos, em particular para as do sexo feminino já que são os mais discriminados torna-se um imperativo elevar as capacidades e competências dos professores, convertendo-os em investigadores activos dentro e fora das salas de aulas, de tal forma que se obtenham transformações nas escolas, a partir do seu trabalho pedagógico.

Este desiderato é possível se soubermos o que de facto tem acontecido nos estabelecimentos de ensino, no que concerne às questões associadas à igualdade entre homens e mulheres.

Foi esta a razão que nos serviu de motivação para pretender conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género atribuídos a homens e mulheres, para tentar identificar possíveis estereótipos, percepções erróneas e ideias tradicionais negativas que possam afectar as relações na comunidade universitária e fora dela.

Ressaltamos que a igualdade entre homens e mulheres no contexto angolano é um problema que merece toda a nossa atenção. Logo, como um problema existente na sociedade angolana, com ramificações explícitas dentro do sistema educativo merece uma resposta adequada na sua resolução, baseada também na investigação científica.

Assim, segundo Chevrier (2003), um problema de investigação concebe-se como “um desvio consciente que se pretende anular entre o que sabemos, julgado insatisfatório, e o que deveríamos saber, julgado desejável” (p. 66).



Neste sentido, foi realizado um estudo exploratório, de natureza qualitativa e interpretativa, com o objectivo de compreender quais são as percepções de docentes universitários angolanos sobre as relações sociais entre homens e mulheres e sobre o papel da educação na promoção da igualdade de género em Angola. Este foi o *problema científico* central do nosso trabalho.

No ponto 1.2 faremos uma caracterização do estudo, tendo em atenção o tipo de trabalho desenvolvido, assim como os objetivos do mesmo.

## **1.2 Caracterização do estudo: Tipo de estudo e objetivos da investigação.**

A investigação científica é um processo que visa a resolução de problemas que se apresentam na sociedade, em geral, traduzindo-se na melhoria da produção de bens e serviços.

Como processo, estritamente humano e cíclico, os investigadores depositam a sua confiança nos resultados obtidos, pois trata-se de um sistema de conhecimentos organizados, através do qual o investigador se apropria de conceitos, leis e teorias que lhe permitam aprofundar a essência dos fenómenos com o auxílio de técnicas de investigação.

Logo, a investigação é uma actividade de procura objectiva de conhecimentos sobre questões factuais. Participamos nesta corrente da investigação social que postula que existe uma realidade objectiva, mas multideterminada; visamos construir modelos desta realidade que dêem a melhor conta do seu estado e da sua dinâmica de mudança (Gingras, 2003).

Durante o processo de investigação científica, normalmente utilizam-se dois modelos ou métodos de investigação, a saber: quantitativo e qualitativo.

A investigação quantitativa visa essencialmente a explicação dos fenómenos, seguindo uma lógica dedutiva (Lima, Vieira & Oliveira, 2007). O modelo explicativo, geralmente utilizado pelos investigadores do paradigma quantitativo, foi trazido das ciências naturais para o domínio das ciências sociais. Radicou-se na comunidade científica a ideia de que, para aceder ao *status* científico, um determinado domínio do saber teria de adoptar o método experimental (Vieira, 1995), aos procedimentos que implicassem um controlo rigoroso de variáveis.

No caso da investigação qualitativa, segundo Amado (2014), “esta consiste numa pesquisa sustentada em princípios teóricos, realizada por indivíduos informados e treinados para o efeito e tem como objectivo obter junto dos sujeitos a investigar a informação e a compreensão de certos comportamentos, modos de ser, de estar e de pensar” (p. 15).

A investigação qualitativa surge como uma resposta ao positivismo, pelas limitações do mesmo no estudo dos fenómenos sociais e humanos. Este tipo de investigação valoriza sobretudo a compreensão e a interpretação dos fenómenos, relegando a quantificação para um lugar secundário.

Assim, as investigações qualitativas não estão vocacionadas para generalizações a partir do objecto de investigação, mas sim, para a elaboração de uma descrição das representações, concepções e crenças acerca do mesmo, em função das características que o identificam e o individualizam.

Por conseguinte, ao iniciar um processo de investigação científica cada investigador tem a prerrogativa de escolher o método de investigação que melhor se adequa à sua questão de partida. Assim sendo, este projecto de investigação foi desenvolvido à luz do paradigma fenomenológico-interpretativo de investigação, pois trata-se de um estudo de carácter exploratório, no âmbito da qual foi utilizada a entrevista semiestruturada ou semidirectiva como técnica para a recolha de dados ou informações, dando voz activa aos participantes.

Segundo Coutinho e Chaves (2002), quase tudo pode ser um “caso”: um indivíduo, um personagem, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade ou mesmo uma nação; pode também ser uma decisão, uma política, um processo, um incidente ou acontecimento imprevisto.

Como aludimos anteriormente, o projecto de investigação tem um carácter exploratório, já que pretendemos conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre as relações sociais entre homens e mulheres e sobre o papel da educação na promoção da igualdade de género em Angola.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), “realizam-se estudos exploratórios, normalmente quando o objectivo é examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, do qual se tem dúvidas ou não foi abordado antes” (p. 99). Ainda segundo os mesmos autores, servem para nos familiarizarmos com fenómenos relativamente desconhecidos; em poucas ocasiões constituem um fim em si mesmos, geralmente determinam tendências, identificam áreas, ambientes, contextos e situações de estudo, relações potenciais entre variáveis; ou estabelecem o “tom” para pesquisas posteriores mais elaboradas e rigorosas.

Com efeito, a actividade humana se orienta por finalidades, as quais são determinadas pelos objectivos. Os objectivos da investigação constituem o fim, o que queremos atingir; é como um porto para onde dirigimos uma embarcação, isto é, não sabemos que rumo seguir

na investigação, se não definirmos o que queremos alcançar ou atingir, ou seja, qual o resultado que se espera obter.

O *Objectivo geral* da nossa investigação é o seguinte: conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações sociais entre homens e mulheres e sobre o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereótipos.

Os *Objectivos específicos* são os seguintes:

- a) identificar percepções de docentes universitários sobre os papéis de género na sociedade angolana.
- b) perceber de que forma os docentes universitários percebem as tarefas e responsabilidade típicas dos homens e das mulheres.
- c) compreender a forma como entendem o papel da educação formal e não formal na formação de gerações cada vez mais livres de estereótipos.

Em suma, este projecto de investigação foi desenvolvido a partir do paradigma fenomenológico-interpretativo, tendo sido uma investigação de natureza qualitativa, particularmente de carácter exploratório.

O instrumento utilizado, para conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações sociais entre homens e mulheres e sobre o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereótipos, foi a entrevista semiestruturada ou semidirectiva, com seis perguntas abertas, para que os respondentes ou entrevistados tivessem maior autonomia e um maior nível de profundidade nas respostas. Assim, explicaremos de forma pormenorizada mais adiante o conteúdo do guião de entrevista.

### **1.3 Metodologia**

Neste ponto 1.3, referente à metodologia, serão apresentadas as principais características dos participantes, o número de pessoas entrevistadas, assim como a forma como os mesmos foram seleccionados para participar no estudo. Falaremos também da técnica de colheita de dados e, por último, como foram feitas as entrevistas e registadas as respostas dos entrevistados.

#### **1.3.1 Caracterização dos participantes.**

No âmbito do Protocolo de Formação celebrado entre a Universidade de Coimbra e algumas Instituições de Ensino Superiores (públicas e privadas) de Angola encontram-se na

cidade vários estudantes a serem formados em diversas áreas do saber humano e em diferentes níveis de ensino. Entre esse grupo de estudantes, encontram-se também docentes do ensino superior angolano.

Tendo em atenção que o nosso projecto de investigação envolve os docentes das instituições de ensino superior de Angola foi nossa intenção contactá-los e verificar a disponibilidade dos mesmos para participar no estudo.

Por um lado, por serem docentes em formação na Universidade de Coimbra e dada a facilidade de acesso a essas fontes, sem recurso a pedidos formais de autorizações às instituições onde os mesmos são afectos; por outro, a experiência profissional que os docentes possuem em termos de formação de alunos nas diferentes áreas do saber, constituíram uma mais-valia para o cumprimento dos objectivos da nossa investigação.

Assim, contactámos os nossos entrevistados para conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações sociais entre homens e mulheres e sobre o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereótipos.

Assim sendo, aplicámos a entrevista a cada um dos nove participantes afectos a diferentes instituições de ensino superior em Angola, que se encontravam em Coimbra a frequentar formações em diferentes áreas, no ano lectivo de 2016/2017, e que se disponibilizaram para participar.

O conjunto dos nossos participantes foi constituído por 9 pessoas, sendo 6 (66,7 %) do sexo masculino e 3 (33,3 %) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 28 e 37 anos de idade (conforme o Quadro 1).

Refira-se que por razões de ética e deontologia os nomes que aparecem associados aos participantes do estudo são fictícios. Logo, qualquer semelhança com nomes reais, tratar-se-á apenas de mera coincidência.

**Quadro 1** - Características dos participantes no estudo

Nº	Participantes	Sexo	Idades	Áreas de formação/ cursos
1	Antero	M	29	Faculdade Ciências e Tecnologias
2	Bonifácio	M	30	Faculdade Ciências e Tecnologias
3	Costa	M	31	Faculdade de Economia
4	Herculano	M	28	Faculdade de Letras
5	Nelo	M	30	Faculdade de Letras
6	Hermenegildo	M	30	Faculdade de Direito
7	Adelaide	F	37	Faculdade de Direito
8	Josefa	F	29	Faculdade de Direito
9	Weza	F	29	Faculdade de Direito

No ponto 1.3.2, relativo aos instrumentos de recolha de dados, falaremos de uma das técnicas mas utilizadas nas investigações qualitativas: a entrevista.

### **1.3.2 Instrumentos de recolha de dados (descrição do guião de entrevista).**

A escolha das técnicas de recolha de dados tem uma importância fundamental dado que as informações recolhidas pelo investigador, junto dos participantes da sua investigação, é feita através desse recurso. A técnica utilizada neste projecto de investigação foi a entrevista, mais especificamente a semiestruturada.

A entrevista constitui uma importante técnica de investigação e é, em essência, um diálogo ou intercâmbio verbal entre duas ou mais pessoas, que se desenvolve com o objectivo de obter determinados dados ou informações que interessam ao entrevistador e que ajudam a dar solução a um problema científico determinado. É uma técnica que se aplica com grupos pequenos ou com um indivíduo e requer experiência do investigador para tirar o maior proveito da mesma.

Na maioria dos casos, oferece melhores oportunidades para a obtenção de dados qualitativos, pois permite obter informação de forma ampla e aberta no decurso da relação que se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado ou respondente.

A entrevista apresenta vantagens como:

\_ É muito útil no caso de crianças, pessoas incapacitadas ou iletradas que, por exemplo, não podem ler ou responder a um questionário, mas sim podem falar, e através da interacção é possível o esclarecimento face-a-face, evitando a interpretação errada de uma pergunta.

E desvantagens como:

\_ O entrevistado pode não dizer toda a verdade ou mediatizá-la, daí que seja importante durante a entrevista a interpretação da linguagem gestual.

No caso do nosso projecto de investigação foi utilizada a entrevista semiestruturada, semidirectiva ou semidirigida. Esse tipo de entrevista é também um diálogo, um intercâmbio verbal, mais flexível, onde o entrevistador leva preconcebido uma guia, tem claros os objectivos, mas entretanto, à medida que for desenvolvendo a entrevista, irá introduzindo variantes no guião inicial, adicionando perguntas se considerar necessário, ou eliminando outras. O importante aqui é obter os dados que se pretende para cumprir os objectivos da entrevista.

A entrevista semiestruturada (Zajc, 2003) dá ao respondente a ocasião de efectuar uma descrição rica da sua experiência e permite-lhe expor as suas crenças a propósito de um objecto de estudo qualquer. Por isso, as questões deverão ser formuladas de modo a permitir esta expressão. O modo de colheita de dados ou informações da entrevista semiestruturada fornece dados de forma verbal e de forma não verbal.

Como se disse, o guião de entrevista elaborado para este projecto de investigação envolve as percepções sobre as relações sociais de género no contexto angolano, tendo como objectivo principal conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações entre homens e mulheres e sobre o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereótipos.

A elaboração do guião de entrevista está associado, por um lado, à revisão da literatura da temática objecto de estudo e, por outro, a um conjunto de requisitos a ter em conta para a elaboração da técnica, como formular perguntas abertas e claras, sem ambiguidades, com uma linguagem correspondente ao nível intelectual do entrevistado, com uma linguagem simples e compreensível, entre outras.

Nesta ordem de ideias, o guião de entrevista é composto por 6 (seis) questões abertas, para permitir que os respondentes emitam ideias usando os seus critérios e as suas próprias palavras, para que tenham maior autonomia e nível de profundidade no fornecimento de informações relativas à temática.

É encabeçado com uma breve explicação sobre o enquadramento do projecto de investigação, seguindo-se a apresentação da temática e dos objectivos da mesma. São dadas instruções gerais, no sentido da colaboração e da confidencialidade das respostas dos respondentes. E, não menos importante, foi feito um agradecimento expresso no final do guião a todos os respondentes que se pré-disponibilizaram a participar na investigação.

Assim sendo, no ponto 1.3.3, referente aos procedimentos, indicaremos como foram recolhidos os dados e como foram contactados os participantes que fizeram parte do nosso estudo empírico.

### **1.3.3 Procedimentos**

Para a concretização das entrevistas realizaram-se vários contactos com os participantes, sobretudo pessoais, onde lhes foi explicado o objectivo da investigação, assim como a importância que teria a participação dos mesmos para que o projecto fosse concretizado.

Também lhes foi explicado que antes de procedermos à realização da entrevista, como parte do protocolo da investigação, deverão ambas as partes assinar um consentimento informado e que cada uma das partes ficaria com uma cópia do respectivo documento.

É de referir ainda que foi também esclarecido que durante o acto de entrevista, os participantes poderiam escusar-se de responder qualquer questão, assim como também seria assegurado o seu livre arbítrio de desistir em qualquer momento se assim o entendessem.

Após a troca de informações, voltámos a estabelecer contacto com os participantes, por via telefónica, para que individualmente, nos dissessem, de acordo as suas preferências, a data em que estavam disponíveis para a realização das entrevistas.

Assim sendo, as entrevistas decorreram de 20 de outubro de 2016 a 24 de janeiro de 2017 e foram gravadas em formato áudio com a autorização dos entrevistados, de modo a permitir uma análise e categorização da informação mais consistente e coerente. Paralelamente, foram também tirados apontamentos durante o processo da entrevista, por forma a evitar que se perdessem informações no caso de perda do registo áudio.

De forma geral, atendendo ao que foi estabelecido com os participantes, pensamos que as entrevistas decorreram num ambiente de tranquilidade e normalidade, não tendo sido notórias dificuldades de resposta por parte dos participantes.

### **Conclusão**

Neste capítulo apresentamos de forma pormenorizada as razões que justificaram a escolha desta temática, definimos o problema científico e identificamos os objectivos da investigação.

Trata-se de um estudo desenvolvido a partir do paradigma qualitativo de investigação, sendo de carácter exploratório. Foram descritas as características dos nove participantes e foi indicada a forma como os mesmos foram selecionados.

Foi ainda descrito o guião de entrevista que contém 6 questões abertas. Foram indicadas as diligências utilizadas para contactarmos os participantes do estudo e obter dos mesmos o aval para a sua participação.

Dedicaremos o capítulo II à apresentação, análise e discussão dos resultados do estudo, onde serão apresentadas as principais conclusões e deixadas recomendações para a intervenção.



## Capítulo II – Apresentação, análise e discussão dos resultados.

### Introdução

Como referimos anteriormente, neste capítulo apresentaremos e analisaremos os dados ou informações obtidas através das entrevistas realizadas aos docentes das instituições de ensino superior de Angola, que gentilmente aceitaram participar no nosso projecto de investigação.

Assim, para a análise da entrevista, fizemos uma interpretação semântica da informação por categorias que pudessem representar as opiniões ouvidas dos participantes no estudo, em função dos objectivos previamente definidos.

Com base nos objectivos específicos associados à opinião pessoal dos participantes, no concernente à problemática das relações sociais entre homens e mulheres no contexto angolano, foi possível conhecer opiniões bastante nítidas sobre o tema em destaque.

Assim sendo, é nossa intenção neste capítulo apresentar também a discussão dos resultados e deixar algumas reflexões.

### 2.1 Análise dos resultados do estudo

Como se disse atrás, a entrevista tinha como objectivo conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações entre homens e mulheres, e sobre o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereótipos. A partir dos excertos do que foi dito construiu-se a seguinte matriz de análise de conteúdo (conforme o quadro 2).

**Quadro 2** - Matriz de análise de conteúdo

<b>Categorias</b>	<b>Sub - categorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidades de registo</b>
1. Concepções sobre igualdade entre homens e mulheres em Angola	-Deficiente acesso da mulher rural aos programas delineados pelo governo	- O governo necessita de melhorar as suas políticas de inclusão social da mulher rural	- « <i>Quanto à mulher rural, nota-se uma letargia, uma lentidão nas políticas sociais que, no meu entender acaba por ser esquecida</i> ».
	-Confinamento da mulher rural as funções domésticas	-A mulher rural continua socialmente relegada ao desempenho de	- « <i>Hoje por questões culturais, principalmente nas zonas rurais em que o homem faz tudo,</i>

		funções ligadas ao lar	<i>trabalha no campo, vai para a lavra e quando volta a casa, tem de encontrar a comida feita, tem de encontrar a roupa lavada, porque a mulher é que tem que tomar conta de casa e o homem trabalhar».</i>
2. Papel da cultura / tradições	-Preponderância do homem sobre a mulher	-Há valores tradicionais da cultura angolana que mantêm atitudes machistas	<i>«A nossa sociedade é machista! nós homens angolanos somos educados de essa forma! tudo começa na família, porque a família incute nos homens que eles têm que ser um pai de família, a mulher tem que depender dele».</i>
	-Menor poder das mulheres nas relações sociais	-As mulheres angolanas tendem a ser discriminadas em virtude dos valores sociais	<i>- «A mulher deve ser submissa ao homem! é uma das actitudes que a cultura nos impôs, a mulher mesmo tendo uma ideia contrária, não pode contradizer o homem».</i>
3. Diferenciação de papéis e comportamentos	-Percepção de comportamentos desiguais em função do sexo	-A família angolana educa de forma diferenciada os rapazes e as raparigas	<i>- «Para a sociedade angolana há certos comportamentos que o homem fazendo é normal, a mulher fazendo é que fica anormal por exemplo, beber!».</i>
	-Desempenho desigual de tarefas	-A sociedade fomenta o desempenho diferenciado de papéis	<i>- «Acredito que a mulher é mais vista como dona-de-casa em que cuida dos filhos, arruma à casa; então, hoje vendo um homem a limpar o chão, a</i>

			<i>lavar a roupa, acho que este é um comportamento que para a sociedade ainda é muito reprovado».</i>
4. Visibilidade social e profissional	- Maior participação social da mulher das áreas urbanas	- Os homens encaram a autonomia social e profissional da mulher como uma ameaça ao seu papel	<i>-«Mas nas zonas urbanas isto já é muito discutível, porque hoje vê-se a questão da “autonomia feminina”, se a mulher ganhar mais e o homem ganhar menos “temos problemas”.</i>
	-Profissões desempenhadas por mulheres em áreas “tradicionalmente” masculinas	-A sociedade angolana não está preparada para que a mulher desempenhe profissões “tradicionalmente” masculinas	<i>-«Na nossa sociedade a questão dos serviços de táxi, hoje já vejo as mulheres a fazerem isso, mas em geral o número é ainda reduzido».</i>
5. Papel do governo na promoção da igualdade social entre homens e mulheres em Angola	-Educação formal	-O papel da educação na promoção da igualdade entre os sexos é vista de forma passiva	<i>- «Eu gostaria que o sistema educativo em Angola..., chegasse até os sítios mais recônditos do país, de tal modo a valorizar as famílias, a mulher; que o estado tivesse políticas emancipadoras e gerasse oportunidades».</i>
	-Políticas públicas	-As políticas públicas apesar de existirem não chegam a todas as pessoas e locais.	<i>- «Há rumores que existem instituições vocacionadas para o caso que é a Promoção, a OMA, mas não chega. Porque quem vai se queixar na OMA, na Promoção, é pouca gente».</i>

Ao aplicar e categorizar as respostas dos participantes que foram entrevistados os resultados obtidos refletem-se nas categorias apresentadas, as quais nortearam a nossa análise. Passamos a fazer uma análise da mesma de forma separada.

### **2.1.1. Categoria I: Concepções sobre igualdade entre homens e mulheres em Angola.**

Esta categoria mostra-nos que a maioria dos participantes concorda com a existência de desigualdades sociais entre homens e mulheres em Angola.

Essas desigualdades, apesar de terem a sua origem na infância através da oferta de brinquedos e da atribuição diferenciada de tarefas por parte dos adultos, estendem-se até à vida adulta.

No contexto angolano, a educação baseada em valores tradicionais reforça a crença do papel da mulher de “cuidadora”, fazendo com que a mulher considere natural a sobrecarga em termos de responsabilidades na conciliação entre a vida profissional e a vida dentro do lar.

Essa sobrecarga de tarefas ou responsabilidades que tem a sua origem nas questões culturais (costumes, tradições) e o preconceito que prevalece ainda na sociedade reforçam uma visão excludente da mulher em termos de participação social.

Contudo, esses comportamentos generalizados e estereotipados têm maior incidência nas zonas rurais, devido entre outros factores à ausência ou fraca oferta de bens e serviços básicos, o que tem contribuído de forma activa para o aumento das desigualdades que actualmente se verificam.

Nesta ordem de ideias, eis, alguns excertos, que corroboram o referido anteriormente.

*«A nossa cultura ainda é levada muito a peito pela sociedade angolana e, nessa mesma senda, a igualdade de género, eu podia em poucas palavras dizer “não existe”»*  
(Antero, sexo M, 29 anos);

*«Eu diria que a questão da igualdade de género em Angola é muito discutida, porque até hoje, por questões culturais a igualdade de género não se vive! no contexto angolano há de facto muita diferença e, é lamentável! vive-se isso, e há mesmo essa diferença de tratamento»* (Bonifácio, sexo M, 30 anos);

*«A igualdade social entre homens e mulheres em Angola, caminha a passo regular, nota-se a inserção da mulher em distintos cargos de relevo na vida política e, governamental do país, sobretudo na mulher urbana!»* (Costa, sexo M, 31 anos);

*«Há uns anos atrás não existiam mulheres a trabalhar no Governo, a tomar o papel de educadoras. Hoje em dia já se torna algo mais comum, tanto é que nas nossas instituições já se nota muito mais a presença de mulheres..., mas feliz ou infelizmente,*

*eu acho que se deve em parte à nossa cultura africana, ainda existe uma certa desigualdade»* (Herculano, sexo M, idade 28 anos);

*«Vejo a igualdade como um direito que nós temos na sociedade, e que, poderia se fazer sentir mais, do que se faz sentir hoje»* (Josefa, sexo F, 29 anos).

Mereceu também a nossa atenção, o discurso de uma participante que aceita o comportamento diferenciado e o tratamento desigual de homens e mulheres.

*«Tenho uma opinião, um pouquinho negativa, porque não considero que exista uma igualdade de sexo; não considero necessário que exista uma igualdade entre sexos, visto que, temos características diferentes e capacidades em função das nossas características diferentes»* (Weza, Sexo F, 29 anos).

### **2.1.2. Categoria II: Papel da cultura/tradições.**

A vida em sociedade permite que os indivíduos se integrem em grupos, adquirindo os valores mais significativos da cultura. Assim, a aprendizagem de valores e modos de agir ocorre em função do processo de socialização a que o indivíduo está sujeito nos diferentes contextos.

A cultura como ferramenta necessária para o processo de integração social leva os indivíduos a assumirem comportamentos e atitudes diferenciadas em função do seu sexo. Com base na diferenciação sexual, surge a atribuição diferenciada de papéis dentro da sociedade angolana, fazendo com que a mulher seja subjugada pelo homem.

Com efeito, na maior parte dos discursos os participantes apontaram para a existência de preconceitos e ideias machistas por parte dos homens face às mulheres, traduzindo-se na falta de oportunidades, nas diferenças em termos de tratamento entre sexos, na ideia de superioridade por parte dos homens, no confinamento da mulher a tarefas relacionadas as questões domésticas etc. Foram reforçadas desta forma os valores ou crenças tradicionais que pairam sobre a mulher no contexto angolano, conforme os excertos.

*«Quanto aquilo que toca ao papel da mulher dentro da sociedade, nós hoje vemos que existem homens que têm certos preconceitos, homens que têm a opinião de que a mulher só deve ficar em casa a tomar conta dos filhos, a lavar a roupa»* (Herculano, sexo M, 28 anos);

*«As mulheres têm poucas oportunidades no nosso país e, também por outra, a questão educacional»* (Antero, sexo M, 29 anos);

*«A ideia de ser homem em África é uma ideia de superioridade, ao contrário de outros lugares»* (Bonifácio, sexo M, 30 anos);

*«No caso da mulher angolana, há uma discriminação muito forte para o lado feminino, e agora com a questão dos “gays e das lésbicas”, que está a assolar a sociedade angolana, é que as pessoas querem “tapar o sol com a peneira»* (Bonifácio, sexo M, 30 anos);

*«Os homens no contexto angolano tendem a manifestar comportamentos de superioridade, machismo! o homem pode constituir “ene” famílias, o homem na cultura bantu é fiscalizador, chefe de família e soberano, ninguém pode se sobrepor a ele!»* (Costa, sexo M, 31 anos);

*«A mulher não pode participar em actividades de relevo na família como a construção de uma habitação, isso é uma tarefa sublime do homem angolano»* (Costa, sexo M, 31 anos);

*«Apesar dessa emancipação da mulher..., ainda existe muita gente que pensa que a mulher deve apenas fazer trabalhos domésticos; depois de arranjar marido, tem que deixar de trabalhar»* (Hermenegildo, sexo M, 30 anos)

*«A nossa educação favorece, ainda assim, mais os homens do que as mulheres»* (Weza, sexo F, 29 anos).

### **2.1.3. Categoria III: Diferenciação de papéis e comportamentos.**

Quanto à diferenciação de papéis e comportamentos sociais em função do sexo, reconhece-se que existem papéis e comportamentos que a sociedade vê de forma diferenciada no homem e na mulher, de acordo as costumes e tradições que prevalecem na sociedade angolana.

Esses papéis de género, sobretudo tradicionais, associam a mulher à ocupação de um espaço mais privado ou doméstico, como a reprodução, cuidado e limpeza, enquanto o homem, invariavelmente, é associado à esfera produtiva, ou seja, ao trabalho remunerado.

Assim, e com base em algumas opiniões dos participantes, podemos considerar que são actividades ou trabalhos para homens, a condução de veículos pesados, transporte de passageiros, e profissões como mecânico e pedreiro; no caso das mulheres temos os trabalhos em salões de beleza, serviços administrativos e os trabalhos domésticos. Ou seja, no contexto angolano, os homens estão mais confinados a actividades que exigem maior dispêndio de força física, contrariamente, às mulheres.

*«Há comportamentos que a sociedade permite ao homem fazer e permite a mulher não fazer! mesmo na família também existe isso; dois irmãos o homem vai à festa a mulher não vai! tudo começa em casa, depois a sociedade só segue»* (Antero, sexo M, 29 anos);

*«Há trabalhos mesmo específicos para homens na nossa sociedade! há trabalhos mesmo, que se for realizada por uma mulher, não será respeitada! até nos serviços de táxi vemos! o homem é que tem que ser o camionista, mecânico, pedreiro. Uma mulher pedreira é discriminada!»* (Antero, sexo M, 29 anos);

*«Acho que em Angola existem assimetrias de funcionalidade para cada um dos sexos! alguns cargos de relevo tipo industria transformadora, dificilmente colocam as mulheres no topo da liderança!»* (Costa, sexo M, 31 anos);

*«Ainda existem alguns trabalhos que socialmente acabamos por rotular mais como “femininos”, e outros mais como “masculinos”; por exemplo, trabalhos em salão de beleza, acabam por ser actividades mais associadas a mulheres! agora, condução de veículos pesados, transporte de passageiros, acabam por ser trabalhos mais masculinos»* (Hermenegildo, sexo M, 30 anos);

*«Desde o momento em que há prioridade para algumas profissões! não só em profissões, como também no lar, no convívio social; nós mesmas também colocamos essa desigualdade como sendo comum em nós! além da profissão, além do lar, também a desigualdade vive em nossa consciência, que é uma coisa que nos temos que mudar»* (Josefa, sexo F, 29 anos).

#### **2.1.4. Categoria IV: Visibilidade social e profissional.**

O contexto angolano é permeado por valores tradicionais que colocam o homem numa posição vantajosa em relação à mulher, fazendo com que a mesma ocupe um lugar “privilegiado” dentro do contexto doméstico.

Essa construção social sobre os papéis que cada indivíduo deve ocupar na sociedade em função do sexo, privilegiou a preponderância de um grupo sobre o outro. Assim, a exclusão social em todos os espaços sociais foi-se tornando realidade no dia a dia das mulheres.

Contudo, apesar dos valores educativos apontarem para a exclusão social das mulheres, muitas têm sabido dar resposta e mostrar que apenas necessitam de oportunidade para se tornarem activas, participativas tanto em termos sociais como profissionais.

Assim, de forma embrionária vê-se cada vez mais mulheres integradas em empresas e, conseqüentemente autónomas; mesmo sendo treinadas para as funções domésticas, conseguem actuar profissionalmente noutras áreas, mostrando habilidades e capacidades como os homens, conforme as opiniões dos participantes.

*«Vejam, há uns anos atrás não existiam mulheres a trabalhar no Governo, a tomar o papel de educadoras»* (Herculano, sexo M, 28 anos);

*«Podemos também perceber que as mulheres que são socialmente educadas para as actividades domésticas também têm capacidades para desempenhar actividades para além do doméstico e de actuar em todas as esferas em termos de actividades sociais»* (Weza, sexo F, 29 anos);

*«A habilidade, a capacidade, a inteligência que nós temos de fazer as coisas são condições que do mesmo jeito que nasceram com os homens, nasceram com as mulheres, não existe em termos naturais, uma distinção em termos de actividades»* (Weza, sexo F, 29 anos);

*«Se houver uma situação em que a mulher trabalha e estiver a ganhar mais do que o homem em casa, até certo ponto independente em relação ao homem, isso cria certos conflitos dentro da nossa sociedade»* (Herculano, sexo M, 28 anos).

### **2.1.5. Categoria V: Papel do governo na promoção da igualdade social entre homens e mulheres em Angola.**

A diversidade de opiniões, quanto ao papel das instituições na promoção da igualdade entre homens e mulheres, mostra que a maioria afirma existirem cada vez mais incentivos, por parte do Governo, para que as mulheres possam ocupar cargos de direcção e de chefia.

Basta para o efeito olhar para o número de mulheres com assento no Parlamento, assim como o número de Ministras no Governo. Houve, no entanto, quem se tivesse mostrado indiferente ou tivesse afirmado desconhecer as políticas institucionais de promoção da igualdade entre homens e mulheres.

*«O sistema educativo em Angola não é dos melhores, porque abrange claramente as áreas urbanas e esquece-se das áreas rurais! A falta de expansão da rede escolar, fiscalização do próprio sistema e a sensibilização para as zonas rurais de oportunidades de emprego, a deserção escolar devido ao dia-a-dia em busca de alimentos, ir à lavra, ou buscar outras fontes de rendimento, leva-os a não terem a escola como prioridade nas suas vidas»* (Costa, sexo M, 31 anos).

*«O facto de termos mulheres a chefiar grandes cargos como, por exemplo, Ministras, Deputadas, chefes de departamentos, directoras de instituições públicas e privadas, portanto, é uma das formas dessas instituições contribuírem para a igualdade de género»* (Adelaide, sexo, F, 37 anos);

*«O papel da educação, das instituições e das políticas educativas a nível de Angola, eu considero como tendo um papel relativamente fraco! Fruto da influência cultural que nós temos; a nossa cultura tem características relativamente machistas e que em muito perturbam a construção de políticas educativas o que automaticamente irá influenciar as actividades institucionais»* (Weza, sexo F, 29 anos).



*«O nosso Estado, no caso o Governo angolano, deve investir em coisas essenciais, melhorar o nosso ensino, só melhorando o nosso ensino é que teremos igualdade do género, se não é “tiro no escuro”»* (Antero, sexo M, 29 anos);

*«Há aqui um trabalho de base que tem que ser feito, a sensibilizar as pessoas, temos que educá-las, e procurar mostrar que todos nós somos iguais, todos nós temos as mesmas oportunidades, todos nós temos capacidades de aprender, todos nós temos capacidades de fazer os mesmos trabalhos»* (Hermenegildo, sexo M, 30 anos);

*«A cada dia nós lutamos, lutamos muito pela igualdade, só que nos esquecemos que nós mesmas é que necessitamos mudar a consciência que temos sobre a igualdade!»* (Josefa, 29 anos).

Pensamos também que não deixa de merecer a nossa atenção o facto de alguns participantes terem respondido de forma incompleta relativamente ao nome da instituição que coordena a política nacional de educação para a igualdade de género.

Trata-se do MINFAMU (Ministério da Família e Promoção da Mulher). Isto em certa medida faz transparecer desconhecimento, por parte dos participantes, das atribuições sociais da referida instituição. Paralelamente, fez-se menção à OMA (Organização da Mulher Angolana), que anteriormente se responsabilizava pelas questões de género, mas que actualmente já não detém essa missão.

*«Acho que ouvi dizer que a Promoção da Mulher, esse Ministério, têm feito esse trabalho, mas que é um trabalho como se fosse uma “gota no oceano”»* (Bonifácio, sexo M, 30 anos);

*«..., outras instituições, temos por exemplo a Instituição da Mulher Angolana, que tem incentivado bastante»* (Nelo, sexo M, 30 anos);

*«Mas existem instituições que velam por esse tipo de coisa, como é o caso da OMA (Organização da Mulher Angolana), vela exactamente pelos direitos da mulher; existe o Ministério..., mas também para que haja justiça»* (Herculano, sexo M, 28 anos).

Em suma, de acordo os dados ou informações obtidas a partir das respostas dos participantes no estudo e decorrente da análise dos resultados, é possível identificar as principais ideias expressas, em função dos objectivos da entrevista.

## **2.2 Discussão dos resultados**

Neste ponto pretendemos destacar os principais resultados obtidos neste projecto de investigação com base na revisão bibliográfica da temática objecto de estudo e nas informações obtidas junto dos participantes. Assim, trata-se de uma reflexão crítica por nós

realizada em sincronia com a opinião de outros autores, e levando em conta que se tratou de uma investigação qualitativa, de natureza exploratória.

Como temos vindo a afirmar, a igualdade entre homens e mulheres ou entre sexos constitui uma faceta muito importante no processo de formação do indivíduo ao longo da vida, sendo a família, a escola e os restantes espaços de actuação do indivíduo, indispensáveis na orientação e reflexão para que os mesmos sejam capazes de enfrentar os desafios vindouros.

Por observarmos no contexto angolano comportamentos que basicamente discriminam a mulher em termos de participação social no desenvolvimento do país, e tendo em conta que a única forma de reverter a situação, isto é, de criar oportunidades para tornar a mulher mais activa e visível no contexto social é precisamente conhecendo as causas ou a raiz da problemática, colocámos a seguinte questão: quais são as percepções de docentes universitários angolanos sobre as relações sociais entre homens e mulheres e sobre o papel da educação na promoção da igualdade de género em Angola?

Fizemos esta pergunta a nove docentes universitários angolanos em formação na Universidade de Coimbra. Assim, após análise e interpretação do guião de entrevista constatámos as opiniões que passamos a discutir, a partir das respostas obtidas.

No contexto angolano, a influência de crenças culturais é muito acentuada tornando as relações sociais entre homens e mulheres desiguais. Estas desigualdades sociais, baseadas em valores educativos da cultura bantu, são fomentadas desde o contexto familiar e expressas na forma de tratamento.

São evidentes sobretudo na falta de oportunidades de acesso aos bens e serviços, por parte da mulher, e convertem as diferenças biológicas em hierarquias de poder, onde o papel do homem é encarado como soberano e provedor da família, enquanto a mulher é circunscrita à ocupação de um espaço mais doméstico onde lhe é reservado o papel de cuidadora dos filhos, do marido e de casa.

Permanecem assim muito pesadas as crenças estereotipadas que a sociedade coloca sobre os ombros da mulher. Neste sentido, Santos (2016) afirma que a mulher africana é descrita de forma totalmente estereotipada, passando a imagem de ser uma mulher exótica, passiva, muda e uma mãe sofredora.

Contudo, essas crenças tradicionais e estereotipadas perpetuadas pela sociedade em relação às mulheres são transmitidas não só dentro do próprio lar, como também, nos restantes contextos onde a mulher se move.

As desigualdades sociais no contexto angolano criam um ambiente propício para que a mulher seja também discriminada e excluída socialmente, devido ao seu baixo grau de escolaridade, além do desconhecimento dos seus direitos de cidadania.

Por essa razão, elas ganham o seu sustento sobretudo no sector informal da economia do país. A este respeito, o relatório *ONU Mujeres* (2011) afirma que “como comerciantes informais, elas realizam uma contribuição fundamental, pois ajudam a diminuir a pobreza mediante a criação de riqueza e gerando oportunidades de emprego” (p. 13).

Assim, as mulheres dentro da sociedade acabam tendo poucas oportunidades de demonstrar as verdadeiras capacidades que ostentam fora do domínio doméstico, devido à preponderância dos homens, que munidos de ideias tradicionais e retrógradas, delimitam não só a assunção de responsabilidades ou o poder de actuação social das mulheres, como também o acesso a determinados tipos de actividades.

Como se verificou, na cultura angolana o homem é caracterizado por manifestar comportamentos e actitudes machistas e de superioridade em relação à mulher e consequentemente ostenta um papel diferenciado, já que é autónomo em termos de tomada de decisões, pode constituir vários núcleos familiares, daí que a poligamia até certo ponto seja vista como “normal”, além de socialmente o mesmo ser visto como o “ganha-pão” da família.

Assim, de acordo com o seu papel social, lhe são-lhe reservadas actividades que exigem maior esforço físico, como ser mecânico, carpinteiro e serralheiro, além do trabalho em áreas como a das Tecnologias, Indústrias e Engenharias.

Pese embora a existência de restrições ou barreiras sociais que impedem a realização pessoal e colectiva das mulheres, fruto da cultura machista que ainda prevalece na sociedade, de forma tímida e sobretudo nas zonas urbanas do país começam a surgir mulheres a desempenharem actividades em domínios “tradicionalmente” masculinos como a profissão de taxista, as quais são cada vez mais autónomas profissionalmente.

O mesmo também acontece com os homens que entram em domínios “tradicionalmente” femininos, demonstrando em certa medida o processo de mudança que está a acontecer “timidamente” na sociedade angolana.

A ideia de cada vez mais se promover a participação social das mulheres na assunção de determinadas responsabilidades ou nomeiá-las para posições decisórias, que até então eram exclusivas dos homens, constitui uma realidade dentro das políticas de igualdade entre homens e mulheres, delineadas pelo Governo. Contudo, esta medida não pode ser considerada como suficiente dada a extensão e abrangência da problemática no país.

O sistema de ensino apresenta vários constrangimentos e dificuldades de funcionalidade sobretudo entre o que estipula a Lei de Bases do Sistema de Educação e o que se verifica na prática escolar.

As dificuldades do sistema vão desde a deficiente qualidade dos professores que ministram aulas nos diferentes níveis e subsistemas de educação, até à ausência de mecanismos que permitam o acompanhamento das actividades lectivas.

Estes problemas têm maior ressonância nas áreas rurais, onde as aulas são ministradas em condições pedagogicamente incorrectas, devido às assimetrias regionais e locais existentes em termos de desenvolvimento. Neste sentido, Menezes (2010) afirma que “a inexistência de salas de aula (nas zonas rurais muitas das aulas são ministradas debaixo de árvores) ou salas com 50 a 90 alunos, muito distante dos 35 preconizados na reforma educativa” (p. 65), torna quase impossível a tarefa pedagógica de ensinar.

Este projecto de investigação como qualquer outro não está isento de limitações, a começar pelo número de participantes que poderia ter sido maior. Contudo, isso ficou a dever-se à existência de um número reduzido de indivíduos que reunissem os requisitos para participar, isto é, serem docentes de uma instituição de ensino superior em Angola, assim como terem disponibilidade para participar. Logo, os nove participantes foram o grupo possível.

Assim sendo, para investigações futuras sobre esta temática, seria pertinente aumentar o número de pessoas a entrevistar e encontrar um equilíbrio de sexo entre os participantes, tornando o processo de recolha de dados mais rico em termos de diversidade de fontes.

É ainda de referir que não estão disponíveis estudos referentes à problemática da igualdade social entre homens e mulheres no contexto angolano, o que provocou alguma dificuldade no que se refere à revisão da literatura e, conseqüentemente, à discussão dos resultados.

Por conseguinte, por tratar-se de um estudo do tipo exploratório no enquadramento de um plano qualitativo de investigação, seria igualmente interessante que os próximos estudos associados a essa temática dentro do contexto angolano, evoluíssem para estudos quantitativos envolvendo além de docentes, outros agentes educativos, como pais e mães e encarregados de educação, alunos/as, gestores de instituições de ensino, funcionários em geral, dando maior riqueza em termos de informações à investigação.

## **Conclusão**

Neste capítulo II, que é o último da tese apresentamos, analisamos e discutimos as respostas obtidas a partir da entrevista administrada a nove participantes que se disponibilizaram para fazer parte do nosso estudo, sendo os mesmos docentes de instituições do ensino superior em Angola, que se encontravam em Coimbra, na Universidade, em diferentes áreas de formação.

Partindo dos objectivos delineados para esta investigação, podemos referir que, de facto, no contexto angolano as desigualdades entre homens e mulheres são bastante acentuadas, devido à influencia de valores culturais ou de crenças tradicionais que influenciam as relações sociais que os indivíduos estabelecem em todos os contextos em que se movem.

Desta forma, os comportamentos e as responsabilidades destinadas para cada sexo são assumidos de forma diferente; o homem é caracterizado por ser machista, preconceituoso, tomador de decisões e o provedor da família, sendo-lhes reservadas actividades que requerem na sua execução maior dispêndio de força física.

De forma contrária, a mulher é caracterizada como sendo submissa e é excluída socialmente, sendo que a sua actuação se circunscreve ao lar, mais concretamente, ao cuidado dos filhos, do marido e dos afazeres domésticos.

Face à situação de desigualdade, o Governo tem incentivado a promoção da igualdade social entre homens e mulheres nas suas políticas, através da nomeação de mulheres para a assunção de cargos governamentais de alto patamar político; contudo, essas acções são insuficientes já que não chegam a todas pessoas, especialmente às que residem nas áreas rurais.

O sistema de ensino necessita de melhorias substanciais e de expansão a nível territorial, para que todos os cidadãos na prática, tenham acesso a conhecimentos e a serviços.

## **Conclusão geral**

O trabalho apresentado é resultante da constatação no contexto angolano de comportamentos e papéis que superiorizam o homem e restringem o papel social da mulher, provocando desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres nos diferentes domínios de actuação.

Essas desigualdades baseadas em valores culturais e que perduraram durante o conflito armado, têm a sua origem no contexto familiar e agravaram-se com o aumento do nível de pobreza das famílias.

A escola, por ser um espaço de confluência de culturas e de socialização por excelência, onde a maioria dos indivíduos aprende uma diversidade de conhecimentos e competências que ajudam na compreensão do entorno em que vivem, deverá ser um lugar prioritário de actuação para introduzir mudanças responsáveis.

Os conhecimentos adquiridos constituem uma ferramenta fundamental para a emancipação, independência e democratização das sociedades, assim como de todas as pessoas que delas fazem parte.

Neste processo de aprendizagem é fundamental a participação dos professores na mobilização dos conhecimentos e competências contempladas nos planos e programas curriculares.

Por essa razão, quisemos neste trabalho conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações sociais entre homens e mulheres, e sobre o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereótipos.

Como referimos anteriormente, as desigualdades entre os sexos são bastante acentuadas em função dos valores culturais que regulam a vida dos indivíduos no contexto angolano, delimitando assim os comportamentos e papéis que homens e mulheres exibem em diferentes domínios de actuação.

Partindo desta contestação consideramos que a educação tem um papel fundamental, não por ser capaz de resolver a problemática na sua íntegra, mas porque desde o seu espaço de actuação social, com os recursos disponíveis, com a ajuda dos parceiros sociais e de acordo as suas atribuições sociais, pode contribuir para a (des) construção dos valores tradicionais que mediatizam as relações que os indivíduos estabelecem dentro e fora dos próprios espaços escolares.

O combate às crenças ou valores culturais que excluem as mulheres socialmente e a efectiva promoção da igualdade entre homens e mulheres dependem claramente da educação, seja das gerações mais novas, seja das pessoas adultas de todas as idades.

É sabido que existe essa consciência por parte do Governo, do reconhecimento do papel da educação para a diminuição das desigualdades sociais, dado o princípio da “obrigatoriedade” do nível primário que consta na Lei de Bases do Sistema de Educação. Contudo, na execução prática das acções verificam-se bastantes lacunas e a educação não chega a toda a população.

Assim sendo, é indispensável que as políticas governamentais relativas ao sector de educação estejam em correspondência com as necessidades reais dos cidadãos e cidadãs e com as áreas geográficas em que os mesmos estão localizados, alocando para o efeito um financiamento substancial para o sector, diferente daquilo que tem sido habitual, uma vez que as verbas disponíveis têm estado muito aquém, se comparadas com os investimentos feitos noutros países africanos.

Um investimento robusto no sector da educação e a consequente activação dos mecanismos de controlo das actividades lectivas, como a supervisão pedagógica e a inspecção escolar, permitirão entre outras coisas a melhoria e a expansão do sistema de ensino, o acesso e permanência dos alunos na escola e, sobretudo, a formação contínua e permanente dos professores, como uma aposta séria no combate às desigualdades entre homens e mulheres em Angola.

Como nos diz Bergano (2012), “a formação de professores/as nestas áreas deve ser direccionada para o questionamento das práticas educativas, no sentido de se promover uma reorganização praxiológica que transporte consigo novas formas de educar, conducentes à promoção da igualdade de género. Tais práticas devem ser notórias nas situações quotidianas de sala de aula, e também numa intenção educativa de promover uma cidadania partilhada, no sentido de ensinar a justiça e o equilíbrio social entre alunos e alunas em todos os contextos da vida” (p. 444).

Desta forma, poderíamos falar em emancipação da mulher, na valorização das famílias, sobretudo das mais vulneráveis, na mudança de mentalidade ou consciência por parte dos homens e também por parte das próprias mulheres, que não se revêm em muitos casos fora dos padrões sociais pré-estabelecidos por uma sociedade com bastante influência cultural.

O relatório do PNUD (2014) vai no mesmo sentido, ao referir que “o desenvolvimento humano implica eliminar as barreiras que impedem as pessoas de usar a sua liberdade de agir. Trata-se de habilitar os desfavorecidos e excluídos a exercer os seus direitos, a

manifestar abertamente as suas preocupações, a fazerem-se ouvir e a tornarem-se agentes activos na determinação do seu destino. Está em causa a liberdade de cada um viver a vida que valoriza e de a gerir de forma adequada” (p. 5).

Por conseguinte, Angola é um país que precisa que as mulheres sejam bem mais autónomas, sendo fundamental o seu acesso pleno ao ensino formal se quisermos ter uma sociedade onde a equidade social faça parte do quotidiano na vida dos cidadãos e das cidadãs.

Em suma, consideramos que as desigualdades sociais entre homens e mulheres além de criarem um “gap” nas relações humanas, constituem um entrave ao desenvolvimento do país sobretudo, para os grupos mais vulneráveis. Logo, um caminho viável para a (des) construção de desigualdades sociais é o acesso a um sistema de ensino de qualidade que seja capaz de formar indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas também, para participarem e intervirem activamente em todos os contextos de vida, seja no domínio social, seja na esfera privada.



## Referências bibliográficas

- Afonso, A., & Caetano, C. (2015). *Diagnóstico de Género de Angola*. Gabinete do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). Luanda: República de Angola
- Amado, J. (2014). A investigação em educação e seus paradigmas. In J. Amado (Coord.), *Manual de Investigação qualitativa em Educação* (2ª edição) (pp. 19-71). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J., & Ferreira, S. (2014). A entrevista na Investigação em Educação. In J. Amado (Coord.), *Manual de Investigação qualitativa em Educação* (2ª edição) (pp. 207- 232). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bergano, S. (2012). *Ser e tornar-se mulher: geração, educação e identidade(s) feminina(s)*. Dissertação de Doutoramento (não publicada) apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Cabral, J. (Coord.) (2010). *Relatório da fase de experimentação do Ensino Primário e do 1º Ciclo do Ensino Secundário*. Comissão de Acompanhamento das Acções da Reforma Educativa (CAARE). Ministério da Educação: Governo de Angola.
- Capoco, Z. (2013). *O nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola: 1961-1991* (Dissertação de Doutoramento não publicada). Lisboa: Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.
- Chevrier, J. (2003). A especificação da problemática. In B. Gauthier (Dir.), *Investigação social: da problemática à colheita de dados* (3ª edição) (pp. 65-95). Editora: Lusociência.
- CITE (s/d). Fascículo I. *Porque é importante falar em Igualdade de Género actualmente?* Disponível em: <http://www.cite.gov.pt>, acessado a 13 de abril de 2017.
- Comissão Europeia (2011). *Diferenças de género nos resultados escolares: Estudo sobre as medidas tomadas e a situação actual na Europa* (Editor da versão portuguesa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação). Lisboa: Ministério da Educação.
- Cook, R. J. & Cusack, S. (2010). *Estereótipos de género: perspectivas legais transnacionais*. Bogotá: Profamilia.
- Costa, F. O., & Antoniazzi, A. S. (1999). A influência da socialização primária na construção da identidade de género: percepções dos pais. *Paidéia*, 9(16), 67-75.
- Coutinho, C. P., & Chaves, J. H. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista portuguesa de educação*, 15(1), 221-243.

- Diário da República (31 de dezembro de 2001), Lei 13/01, I Série, nº 65, Luanda: Angola.
- Ferreira, M. J. S. M. (2005). Educação e Política em Angola. Uma proposta de diferenciação social. *Cadernos de Estudos Africanos*, 7/8, 105-124.
- Gingras, F. P. (2003). A sociologia do conhecimento. In B. Gauthier (Dir.). *Investigação social: da problemática à colheita de dados* (3ª edição) (pp. 33-62). Loures: Lusociência.
- Hanish, L. D. & Fabes, R. A. (2014). Socialização de pares de género em meninos e meninas mais jovens. In C. Martim (Org.), *Género: socialização inicial. Enciclopédia sobre o desenvolvimento na primeira infância* (pp. 12-15). Arizona: C.L. Martin.
- Hernández, C. A. G., Ojeda, C. M. R., & Medina, B. del V. (2009). *Educación con Perspectiva de Género en Contextos Escolares*. La Habana: Instituto Superior Pedagógico “Enrique José Varona”.
- Kit Pedagógico sobre Género e Juventude (KPGJ) (2013). *Educação não formal para o mainstreaming de género na área da juventude* (2ª Edição). Lisboa: CIG.
- Liberato, E. (2015). Avanços e retrocessos da educação em Angola. *Revista Brasileira de Educação*, 19(59), 1003-1031.
- Liberato, E. (2016). 40 anos de Independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. *Revista Estudos Feministas*, 24(3), 997-1006.
- Lima, M. P., Vieira, C. C., & Oliveira, A. L. (Orgs.) (2007). *Metodologia da Investigação Científica. Cadernos de textos de apoio* (não publicado) (8ª Edição). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Martelo, M. J. A (2004). *A escola e a construção da identidade das raparigas: o exemplo dos manuais escolares* (2ª edição). Lisboa: CIDM.
- Martori, M. S. (1994). Conquistar la igualdad: la coeducación hoy. *Revista Iberoamericana de Educación*, 6, 49-78.
- Menezes, M. D. (2010). *Um olhar sobre a implementação da Reforma Educativa em Angola: estudo de caso nas províncias de Luanda, Huambo e Huíla*. Luanda: Maianga.
- Michingi, K. M. M. (2013). *As controvérsias da reforma educativa em Angola: uma análise crítica das percepções dos professores do 1º ciclo do ensino primário* (Tese de Mestrado não publicada). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Ministério da Educação e Cultura (1999). *Programa Indicativo sobre o Género e Educação da Menina no Contexto do Sistema Educativo*. Luanda: Centro de Documentação e Informação. Ministério de Educação.

- Ministério da Educação (2014). *Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos [EPT]*. Luanda: Centro de Documentação e Informação. Ministério de Educação.
- Ministério da Educação de Angola (MED). Conselho de Ministros. *Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação (2001-2015)*. Luanda, 2001. Disponível em: [http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola\\_Estrategia\\_Integrada\\_Melhoria.pdf](http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_Estrategia_Integrada_Melhoria.pdf), acessado a 10 de abril de 2017.
- Neves, S. (2009). O silêncio mordaz das mulheres na ciência: lideranças ocultas (ou ocultadas) na Psicologia. In E. Macedo & M. Koning (Org.), *Reinventando Lideranças: Género, Liderança e Poder* (pp. 117-139). Porto: Livpsic/FCF.
- Nguluve, A. K. (2006). *Política educacional angolana (1976-2005): Organização, Desenvolvimento e Perspectivas* (Tese de Mestrado não publicada). São Paulo: Faculdade de Educação.
- Nunes, L. A. (1996). As mulheres e a tomada de decisões no âmbito da Educação. In F. Neto, R. Soares, T. Joaquim & T. Pinto (Orgs.). *Igualdade de Oportunidades e Educação: formação de docentes* (pp. 185-196). Lisboa: CEMRI.
- Oliveira, J. M. (2009). Fazer e desfazer o género: performidades, normas e epistemologias feministas. In S. Neves (Coord.). *Género e Ciências sociais* (pp. 49-61). Edições: ISMAI. Disponível em: <http://www.undp.pt>.
- ONU Mujeres (2011). Igualdad de género y empoderamiento de las mujeres. *Informes anuales*. Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres. Disponível em: <http://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2011/8/annual-report-2010-2011#sthash.thB7aHVR.dpuf>
- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (2012). *Desenvolvimento, Rural Sustentável: uma visão territorial*. Luanda: República de Angola.
- PNUD (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. Lisboa: Camões-Instituto da Cooperação e da Língua.
- Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016). *Mulheres no trabalho: tendências 2016*. Genebra: OIT.
- República de Angola (2010). *Constituição da República de Angola*. Disponível em: [http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao\\_da\\_Republica\\_de\\_Angola.pdf](http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf)

- Saavedra, L. (2015). Assimetrias de género nas escolhas vocacionais. In T. Pinto (coord.), *Guião de educação género e cidadania: 3º ciclo do ensino básico* (2ª edição) (pp. 121-130). Lisboa: CIG.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lúcio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa* (3ª edição) (pp. 34-35). São Paulo: McGraw-Hill Interamericanas.
- Santo, F. E. (2002). Género no Contexto do Sistema Educativo em Angola. In *2º Fórum Lusófono de Mulheres em Postos de Decisão* (pp. 2-9). Luanda: Ministério da Educação.
- Santos, I. A. A. (2016). As mulheres africanas, a nova força política. *Feira Literária Brasil-África de Vitória-ES*, 1(1),1-16.
- Silva, E. A., & Carvalho, M. J. (2009). Educação em Angola e (des) igualdades de género: quando a tradição cultural é factor de exclusão. In *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 2403-2404). Braga: Universidade do Minho.
- UNCTAD (2013). *Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola? uma perspetiva de género*. Luanda: Nações Unidas.
- UNESCO (2014). *Segundo relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos*. Brasília: UNESCO.
- Vieira, C. C. (1995). Investigação quantitativa e investigação qualitativa: uma abordagem comparativa. *Relatório de uma aula teórico-prático realizado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica* (não publicada). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Vieira, C. C. (2008). Estereótipos de género. In A. Rubim & N. Ramos (Orgs.), *Estudos da cultura no Brasil e em Portugal* (pp. 217-250). Salvador: EDUFBA.
- Vieira, C. C. (2013). *Educação familiar: estratégias para a promoção da igualdade de género*. (3ª edição). Lisboa: CIG.
- Vieira, C. C., Nogueira, C., & Tavares, T. C. (2012). O género como categoria social. In C. Pomar *et al.* (Coord.). *Guião de Educação Género e Cidadania. 2º ciclo do ensino básico*. (pp. 20-22). Lisboa: CIG.
- World Bank (2014). *Angola economic update. Angola economic update; n.º 2*. Washington, DC: World Bank Group. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/194631468007535659/Angola-economic-update>.

- Zajc, L. S. (2003). A entrevista semidirigida. In B. Gauthier (Dir.), *Investigação social: da problemática à colheita de dados* (3ª edição) (pp. 279-301). Loures: Lusociência.
- Zau, F. (2002). *Angola: trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Universidade aberta.
- Zau, F. (2009). *Educação em Angola: novos trilhos para o desenvolvimento*. Luanda: Movilivros.

## **Anexos**

**Anexo I:** Guião de entrevista semiestruturada (Adaptado de Caspistrano, 2010, cit. in Amado & Ferreira, 2014, p. 216)

**Objectivos:** Conhecer as percepções de docentes universitários angolanos sobre os papéis de género e as relações sociais entre homens e mulheres e o papel da educação na promoção de uma sociedade livre de estereótipos.

<b>Blocos</b>	<b>Objectivos gerais</b>	<b>Objectivos específicos</b>	<b>Questões orientadoras</b>	<b>Questões específicas</b>
I. Legitimação da entrevista	-Fazer a apresentação do estudo -Explicar os objectivos da entrevista. -Garantir os aspectos éticos e deontológicos.	-Apresentar o entrevistador -Apresentar os objectivos do estudo. -Referir que o entrevistado(a) pode desistir a qualquer momento. -Garantir o anonimato e a confidencialidade dos dados e solicitar autorização para gravar a entrevista. -Assinar o consentimento informado por ambas partes. -Agradecer pela disponibilidade	1. Concorda em participar nesta investigação? 2. Tem alguma dúvida que queira ver esclarecida?	
II. Caracterização da pessoa	-Caracterizar a pessoa entrevistada	-Recolher dados sociodemográficos de pessoas entrevistadas	-Fale-me um pouco de si.	1. Que idade tem? 2. Sexo?
III. Recolha de dados sobre o tema objecto de estudo.	-Recolher dados aos entrevistados sobre o tema objecto de estudo.		Que opinião tem sobre a igualdade social entre homens e mulheres?	1. Dê exemplos relativos ao contexto angolano.

IV. As limitações na participação social das mulheres	-Compreender as percepções dos entrevistados sobre a situação social das mulheres em Angola	-Colher informações sobre percepções acerca do grau de participação social das mulheres nos vários contextos de actuação.	1. O que entende serem diferenças entre homens e mulheres? Especifique. 2. Como se distribuem os homens e as mulheres ao nível profissional? 3. Que comportamento ainda são socialmente vistos de maneira diferente em homens e mulheres, na sociedade angolana?	1. Que exemplos podem ser dados? 2. Porquê? 3. Concretize, por favor? 4. O que pensa disso?
V. Práticas institucionais de promoção da igualdade social entre homens e mulheres	-Perceber qual a opinião dos entrevistados sobre o papel das instituições educativas	- Obter informações sobre o papel das instituições na promoção da igualdade social entre homens e mulheres	1. Qual o papel da educação, das instituições e das políticas educativas na promoção da igualdade entre homens e mulheres?	1. Dê exemplos. 2. Explique.
VI. Sínteses sobre a própria entrevista.	-Pedir aos entrevistados para falar livremente sobre as questões de igualdade de género em Angola	-Captar a opinião pessoal do(a) entrevistado (a), sobre o processo de entrevista.	- Agradecer a colaboração; -Perceber os sentimentos da pessoa entrevistada sobre a entrevista; -Solicitar contributos para a investigação; -Deixar fazer um comentário final	1. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa, ao que foi dito?



**Anexo II:** Consentimento informado para docentes das Instituições de Ensino Superior em Angola (Adaptado da WHO, 2004)

O meu nome é *Luís Filipe Roberto António Lopes*, mestrando em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Cristina Maria Coimbra Vieira, estando a realizar uma investigação dedicada ao estudo das relações sociais de género e o papel da educação no contexto angolano.

A sua colaboração neste estudo consistirá numa entrevista individual sobre a sua percepção acerca das relações sociais de género e do papel da educação. Os dados dessa entrevista serão analisados e publicados em actividades de âmbito académico.

Os dados que aqui recolher são confidenciais. Apenas serão usados para fins de investigação científica.

Com o intuito de facilitar o tratamento dos dados da entrevista gostaria de obter uma autorização da sua parte para a gravação em áudio da entrevista.

O(a) Sr(a) tem o direito de parar a entrevista a qualquer momento, e o direito a não responder a questões que não queira. Não existem respostas correctas nem incorrectas. Pretendemos apenas conhecer opiniões e relatos de experiências de vida.

---

Aceita que lhe faça a entrevista? (Sublinhe a opção)

Sim

Não

Coimbra, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

---

(Assinatura do entrevistado)

---

(Assinatura do entrevistador)

**Anexo III: Cronograma do projecto de investigação 2016 / 2017**



**Mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária**

ACTIVIDADES	Ano	MESES											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1) Escolha do tema	2016	X											
	2017												
2) Encontros com o tutor (a)	2016						X	X	X	X	X	X	X
	2017	X	X	X	X	X	X	X					
3) Revisão bibliográfica	2016				X	X	X	X	X	X	X	X	X
	2017	X	X	X	X	X	X	X					
4) Leitura e elaboração de resumos	2016									X	X	X	X
	2017	X	X	X	X	X							
5) Elaboração dos instrumentos de investigação	2016			X	X	X	X						
	2017												
6) Aplicação e recolha de dados	2016							X	X	X	X	X	X
	2017	X	X										
7) Análise e interpretação de dados	2016												
	2017	X	X	X	X	X	X						
8) Redacção e revisão da tese	2016									X	X	X	X
	2017	X	X	X	X								
9) Entrega da tese	2016												
	2017					X							
10 Discussão da tese	2016												
	2017							X					

**O coordenador de Curso**

**A orientadora**

\_\_\_\_\_  
Prof. Doutor Joaquim Luís M. Alcoforado

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Cristina Maria C. Vieira

**O orientando:** Luís Filipe R. A. Lopes \_\_\_\_\_